



Instituto de Apoio à Criança

# Análise dos Dados Estatísticos 2006



Documento de Trabalho elaborado pelo Instituto de Apoio à Criança- SOS-Criança



*“ Uma criança maltratada nunca esquece”*

## Índice

	<b>Página</b>
Introdução .....	3
SOS-Criança – Evolução Casuística – 18 anos .....	5
Atendimento Telefónico .....	6
Encaminhamento .....	13
Mendicidade .....	29
Reavaliação .....	34
Apartado /E-Mail .....	35
Atendimento Psicológico .....	41
Mediação Escolar .....	50
Conclusão .....	60

## Introdução

As crianças, mais do que qualquer outro grupo social, são as principais vítimas da violência e negligência nas suas sociedades, comunidades e famílias e sofrem um maior risco de vitimação. Na capa deste relatório está a frase “uma criança maltratada nunca esquece” que constitui o slogan do vídeo do SOS Criança, como se pode visionar no site do Instituto de Apoio à Criança ([www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt)).

Este relatório contém a análise dos dados estatísticos do ano de 2006 referentes à linha telefónica do SOS Criança, ao serviço de Apartado/E-mail e ao Atendimento Psicológico e Mediação Escolar.

O SOS Criança é serviço anónimo e confidencial, de âmbito nacional de apoio às Crianças, aos Jovens até aos 18 anos, às Famílias, aos Profissionais e à Comunidade. A finalidade deste serviço é dar voz à criança e ao jovem, promovendo e defendendo os seus direitos, porque as crianças devem ter a oportunidade de poder falar com alguém sobre os seus problemas e sobre as suas preocupações e de serem ajudadas na busca de soluções. Simultaneamente, pretende sensibilizar a comunidade para a problemática da criança e dar resposta à multiplicidade de situações que nos chegam através das valências telefone, apartado, atendimento social, jurídico, psicológico, e-mail e mediação escolar.

O atendimento telefónico é disponibilizado através de três linhas telefónicas, uma grátis (uma para as crianças desaparecidas e abusadas sexualmente) a funcionarem nos dias úteis das 9 às 19h, todas pretendem dar voz à Criança e informar e orientar o utente com o objectivo de o munir de conhecimentos suficientes para que possam fazer as suas escolhas e opções, devidamente esclarecidos. Profissionais, Cidadãos e familiares das crianças/jovens utilizam o serviço para encontrarem resposta para várias situações de perigo e risco para as (suas) Crianças, para solicitarem orientação ou simplesmente apoio e “auscultação” especializada. Ao SOS Criança chegam apelos de todas as organizações e tipologias familiares e muitos destes apelos transformam-se em processos que o serviço toma a seu cargo para averiguar da sua veracidade, recolher mais informação e encaminhar para as entidades competentes em matéria de infância e juventude.

O acompanhamento das situações junto das entidades competentes visa ainda aferir o ponto de situação em que a mesma se encontra e, sempre que necessário promover um trabalho de parceria multidisciplinar.

Durante o processo de intervenção na comunidade, nem sempre o SOS Criança é informado da resposta dada à situação, o que levou à necessidade de criar a valência de Reavaliação para analisar posteriormente o processo de encaminhamento efectuado, de modo a não se trabalharem só as respostas, mas igualmente avaliar o processo de encaminhamento, e a qualidade da intervenção possibilitando corrigir metodologias e melhorar a eficácia e a qualidade do serviço.

A Mediação Escolar do IAC ao promover os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família em vários Agrupamentos Escolares, tem dado um excelente contributo, para pôr em prática, uma efectiva política de tolerância, no combate à discriminação e à promoção da inclusão social.

Neste contexto, em que se defende a ideia de uma Escola inclusiva, que combata a Violência, o Abandono e o Absentismo Escolar, que previna a indisciplina, os comportamentos aditivos, o bullying e a discriminação de todos, os que de uma maneira ou de outra, não se sentem integrados, na Comunidade Escolar, tem o IAC vindo a desenvolver a sua acção e aplicar na sua metodologia de intervenção.

Tem assim, a Mediação Escolar/GAAF, contribuído para a formação de uma sociedade inclusiva, conforme aponta o compromisso da União Europeia, no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, independentemente das suas diferenças de sexo, etnia, deficiência, orientação sexual, religião ou crença.

Os GAAF, promovidos e dinamizados pela Mediação Escolar, com responsabilidade operacional, por parte dos Conselhos Executivos, dão aos alunos, aos professores, aos auxiliares de acção educativa, aos pais e encarregados de educação, assim como a todas as estruturas da escola e da comunidade de onde provêm os alunos e conseqüentemente muitos dos seus problemas, a possibilidade real de ter uma Escola, com todos. Uma Escola que diz não à discriminação, uma Escola que sabe ouvir e integrar, uma Escola Plural que humaniza as diferenças.

Todo este trabalho, que se pode inscrever no âmbito das novas Políticas Sociais tem tido, como é publicamente reconhecido, uma avaliação muito positiva, por parte de todos os parceiros e estruturas intervenientes.

A Mediação Escolar/GAAF, ao integrar os não integrados, proporciona um ambiente de aprendizagem, exigente, gratificante e motivante, tendo conseguido, que, colectivamente se consolidem as relações inter-pessoais e conseqüentemente os resultados de todos, que directa ou indirectamente beneficiam da sua acção.

Os dados referentes a Mediação Escolar apresentados neste documento são a expressão concreta e a demonstração efectiva dos resultados, desta nossa actividade quotidiana, de inclusão e responsabilidade partilhada, ao nível das comunidades Escolares, que com realismo, identificámos e trabalhámos durante o ano lectivo 2006/2007.

O Atendimento Psicológico Personalizado do SOS-Criança, tem como objectivo proporcionar a intervenção terapêutica em crianças e jovens cujos níveis de perturbação prejudicam o seu bem-estar psíquico e o seu desenvolvimento harmonioso, o Psicólogo Clínico, no serviço SOS-Criança, procura assim apoiar estas crianças e estes jovens em todas as suas necessidades, de modo a restabelecer o seu equilíbrio psicológico, tentando auxiliá-los na construção duma nova perspectiva de futuro, e na aquisição de competências e capacidade de resposta. Neste sentido procura-se paralelamente a este trabalho, em ampliar as potencialidades destas crianças, e da sua rede de suporte, seja ela familiar, escolar ou social, com a finalidade duma melhor adaptação ao meio circundante.

## SOS-Criança – Evolução Casuística 18 Anos

O SOS-Criança, é hoje considerado pela maioria das pessoas um serviço de primeira necessidade, porque em tempo útil tem contribuído para que crianças, jovens e famílias, encontrem resposta a uma multiplicidade de problemas que os afectam, fazem sofrer ou inquietam.

Ao longo de 18 anos de existência a acção e a intervenção tem sido pautada por um dinamismo constante. Assim, tem o SOS-Criança procurado estar atento às novas realidades e tem sabido responder aos novos desafios, com novos projectos, com novas metodologias, com novas parcerias, tudo em prol da defesa e da protecção das crianças e dos jovens.

Para uma melhor leitura de realidade dos números, todos com um rosto por detrás, basta analisar o quadro abaixo, no qual, se espelha toda a acção desenvolvida mas só a que se pode quantificar. Muito do trabalho realizado pelo SOS-Criança, apesar de não ter expressão numérica, e de não se conseguir contabilizar, é tão importante para o sucesso dos casos, como aquele que se consegue enumerar.

No quadro é ainda possível observar o aparecimento ao longo dos anos dos diferentes sectores, à medida que foram surgindo.

### SOS-Criança Evolução Casuística por Sector

(18 Anos)

Anos Serviços	Atendimento Telefónico	Encaminhamento	Atendimento Psicológico	Apartado E-mail	Crianças Desaparecidas	Reavaliação	Mediação Escolar	Total	Total %
1989	2056	-	-	-	-	-	-	2056	2,72
1990	1748	-	-	-	-	-	-	1748	2,31
1991	1672	-	-	-	-	-	-	1672	2,21
1992	3523	231	-	58	-	-	-	3812	5,05
1993	2634	184	-	76	-	-	-	2894	3,83
1994	3062	439	-	149	1*	-	-	3651	4,83
1995	3051	568	-	173	-	-	-	3792	5,02
1996	3370	672	-	107	-	208	-	4357	5,77
1997	3614	639	-	143	-	-	60	4456	5,90
1998	3561	518	-	112	1*	401	130	4723	6,25
1999	3692	423	-	74	-	140	140	4469	5,92
2000	3007	339	-	121	-	201	203	3871	5,12
2001	2947	397	20	50	-	88	263	3765	4,98
2002	3085	370	38	67	-	100	703	4363	5,78
2003	3307	488	68	63	4	322	969	5221	6,91
2004	5125	739	55	111	25	193	1030	7278	9,63
2005	4379	571	55	143	17	292	1386	6843	9,06
2006	4177	664	81	232	31	124	1247	6556	8,68
Total	58010	7242	317	1679	79	2069	6131	75527	100
Total %	76,8%	9,5%	0,41%	2,22%	0,10%	2,73	8,11%		100

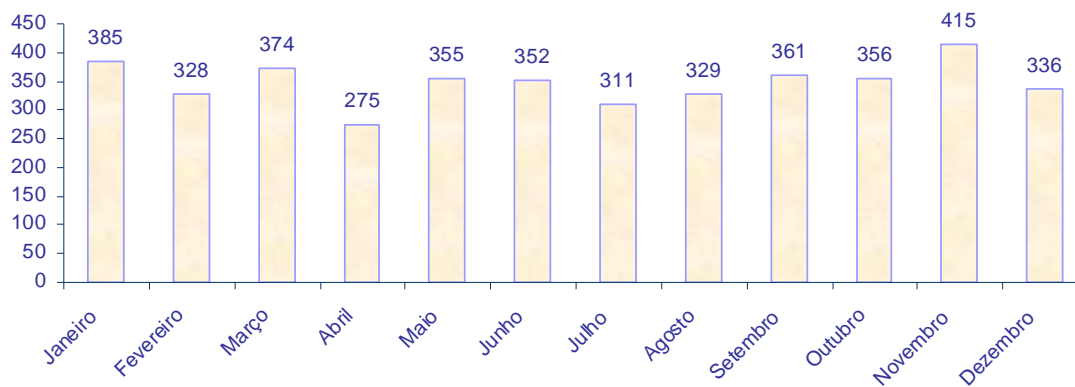
\*Situação que surgiu antes da criação do SOS-Criança representado em 2004

## Atendimento Telefónico

Durante o ano de 2006, período a que se refere este relatório, o serviço de atendimento telefónico do SOS-Criança recebeu 4177 apelos, que se distribuíram de forma regular ao longo do ano.

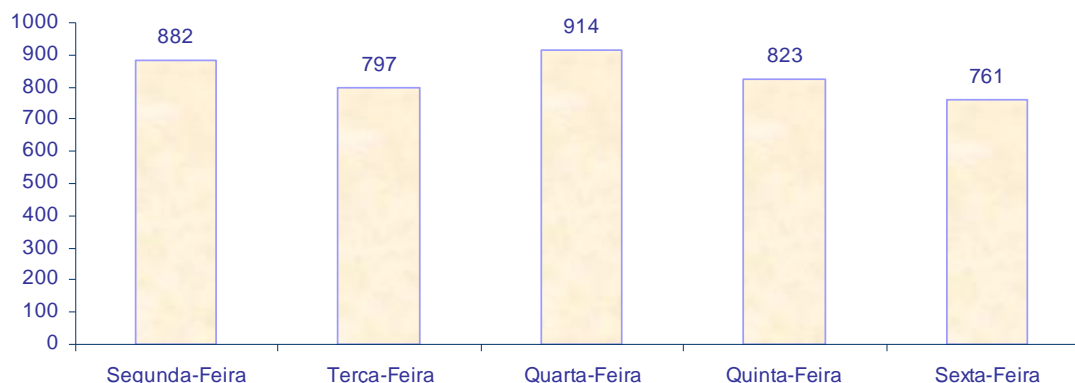
A média mensal de apelos recebidos foi de 348 registos, verificando-se em Novembro 415 casos, o que denota ter havido um pico de 67 registos em relação à média anual.

**Distribuição dos Apelos Mensalmente**



No que diz respeito à distribuição de apelos pelos dias da semana verifica-se que há uma maior procura à quarta-feira (914), seguindo-se a segunda e a quinta-feira com 882 e 883 apelos respectivamente.

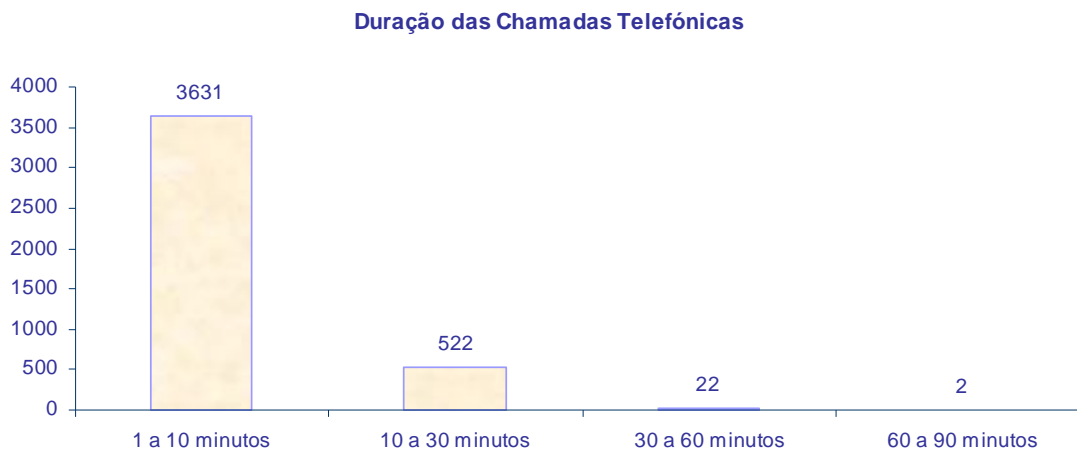
**Distribuição dos Apelos por Dia da Semana**



A terça e a sexta-feira apresentam um pequeno decréscimo registando 797 apelos e 761 respectivamente.

A duração das chamadas telefônicas na sua grande maioria (3631), não ultrapassou os 10 minutos, no entanto (522), demoraram mais de dez minutos, mas menos de meia hora, enquanto (22) apelos inscreveram-se no intervalo de tempo que vai dos 30 minutos aos 60 minutos.

Como valor residual, temos dois apelos que foram mais prolongados, situando-se a duração da chamada no intervalo de tempo entre 60 a 90 minutos.



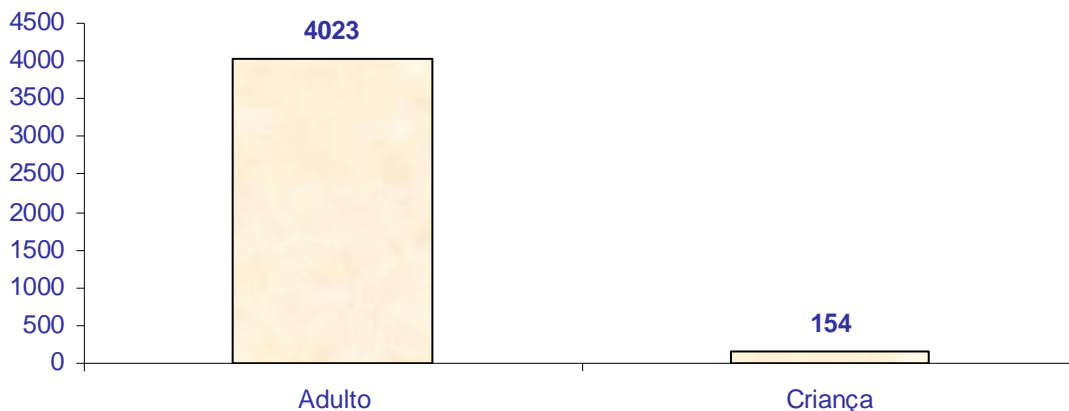
No que diz respeito à distribuição de apelos pelas três linhas de atendimento telefônico do SOS-Criança, Linha Normal (L.N.) paga, Linha Verde (L.V.) e Linha Criança Desaparecida (L.C.D.) gratuita, verifica-se uma maior procura do serviço, através da L.N. (2393), procura essa seguida em segundo lugar pela L.V. com 1764. A Linha C.D. registou 22 apelos dada à sua especificidade.





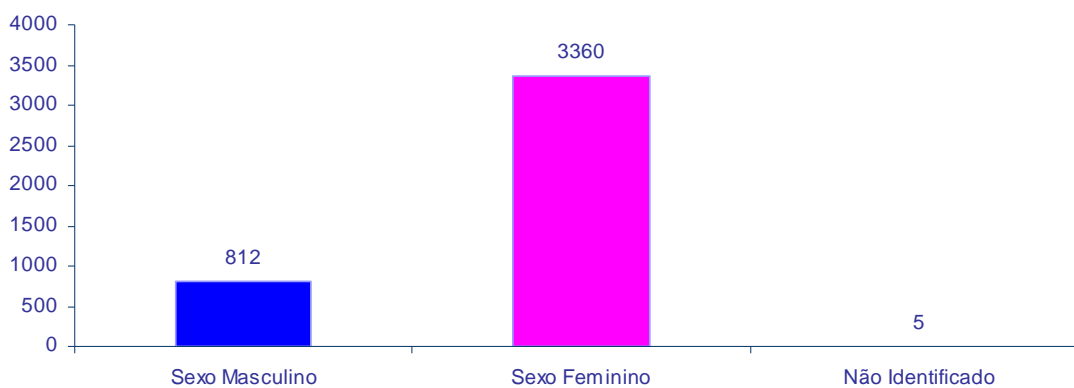
Actualmente são os adultos (96%) quem mais procura o S.O.S - Criança, para apresentar problemas relacionados com a criança, esta, só procurou os serviços para pedir a nossa intervenção 154 vezes o que corresponde a 4%.

### Caracterização do Apelante



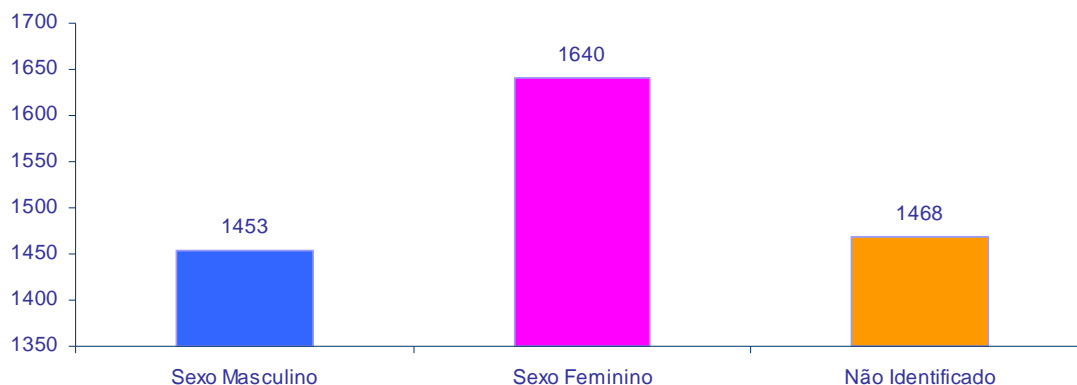
No que se refere ao género, são apelantes do sexo feminino (3360) quem mais recorre, os apelantes do sexo masculino contactaram (812) vezes, ficando por identificar quanto ao género do apelante (5) situações.

### Distribuição dos Apelantes por Sexo



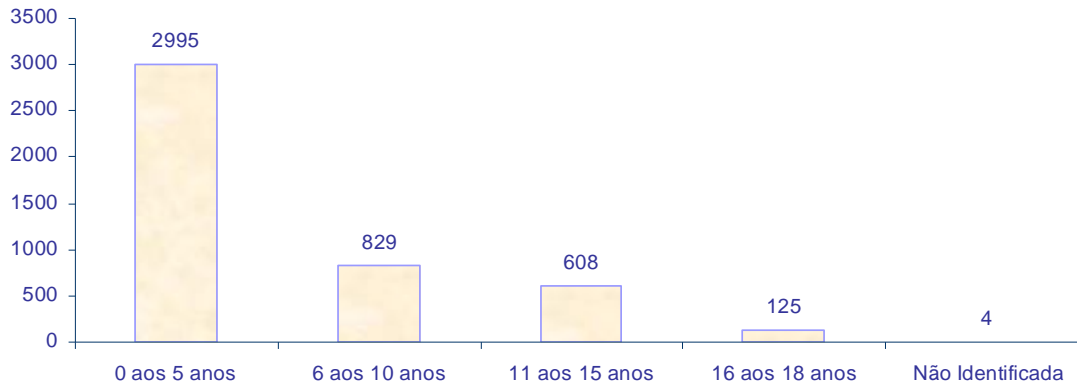
As crianças a quem se refere o apelo são na sua maioria do sexo feminino (1640), sendo do sexo masculino (1453) crianças referenciadas ao S.O.S.-Criança. Para um total de (4177), não foi possível de imediato determinar claramente o género da criança em (1468) apelos.

Distribuição da Crianças por Sexo



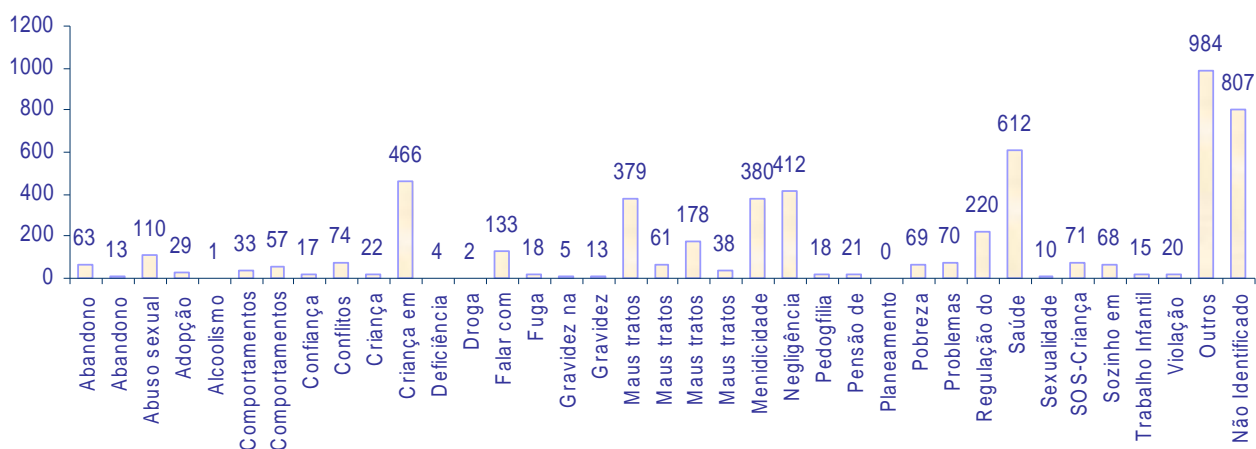
Dos (4177) apelos, (2995) referiam-se a criança até os 5 anos, (829) até os 10 anos, (608) até aos 15 anos, (125) até aos 18 anos, não foi possível identificar a idade da criança em (4) situações.

Distribuição da Crianças por Idade



Os motivos do apelo que chega ao S.O.S.-Criança são muitos e diversificados o que por vezes limita a possibilidade de os agrupar num item específico que os consiga abranger a todos, daí que se tenha criado o item Outros (989) com o grande chapéu.

Distribuição dos Apelos por Motivo



Dos apelos que se conseguiram identificar claramente o motivo (3370), surgem em primeiro plano os problemas de saúde (612) que englobam o bem-estar físico biológico, psicológico e social de crianças, seguindo-se em segundo lugar as crianças em perigo (466), a negligência (412) e a mendicidade (380).

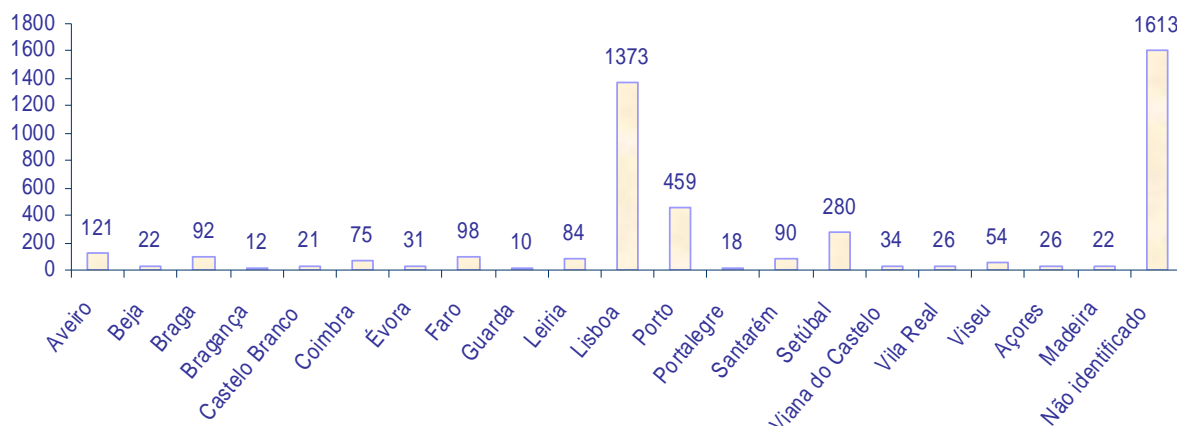
Os maus tratos tem na sua máxima expressão (656) apelos, os quais foram subdivididos em maus tratos físicos na família (379), maus tratos físicos na instituição (178), maus tratos psicológicos na família (61) e maus tratos psicológicos na instituição

Os problemas jurídicos nomeadamente a regulação do poder paternal (220), tiveram uma presença regular.

Muitas crianças telefonaram para falar com alguém (133) para reflectir sobre a preocupação que as inquieta, para obter respostas para as suas dúvidas.

Devido ao facto das chamadas que chegam ao S.O.S.- Criança serem anónimas nem sempre conseguimos obter por parte do apelante, qual o nome do Distrito de onde provem o apelo, daí o facto de surgirem como não identificadas 1613 chamadas.

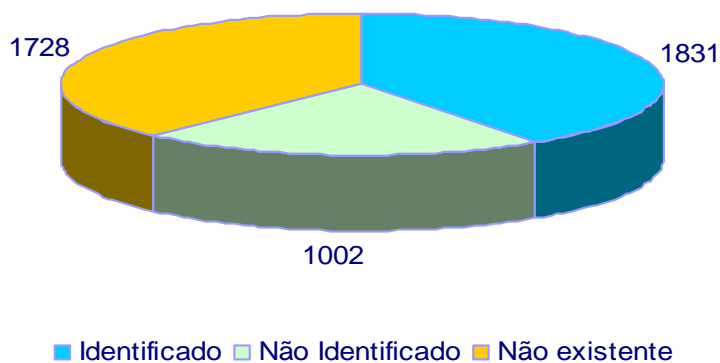
Distribuição das Crianças por Distrito



Lisboa continua a ser o Distrito com maior proveniência de apelos com (1373), seguindo-se o Porto com (459), Setúbal com (280), Aveiro com (121), Faro com (98), Braga com (92), Santarém com (90), Leiria com (84), Coimbra com (75), Viseu com (54). Conforme se poderá verificar pela leitura do gráfico – Distribuição de casos por Distrito, não existe Distrito que não tenha contactado o S.O.S.- Criança, para apresentar situações.

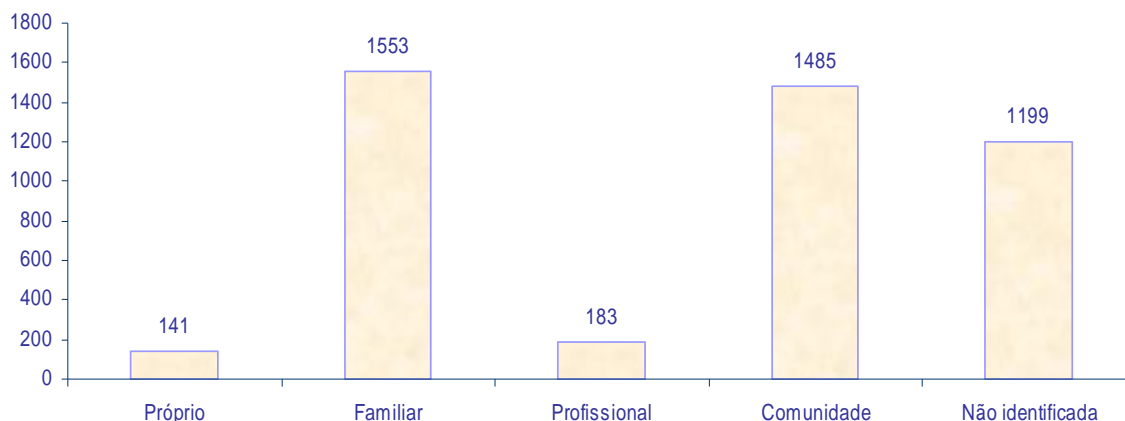
O presumível infractor foi identificado de imediato em (1831) situações e não identificado em (1002). É de salientar que existem situações cujo infractor é inexistente e isso ocorreu (1728) vezes.

Distribuição da Identificação do Presumível Infractor



Os familiares em numero de (1553), seguidos da comunidade com (1485) chamadas, foram as pessoas que mais contactaram o S.O.S. - Criança, seguindo-se os profissionais (183) vezes e o próprio (141) vezes.

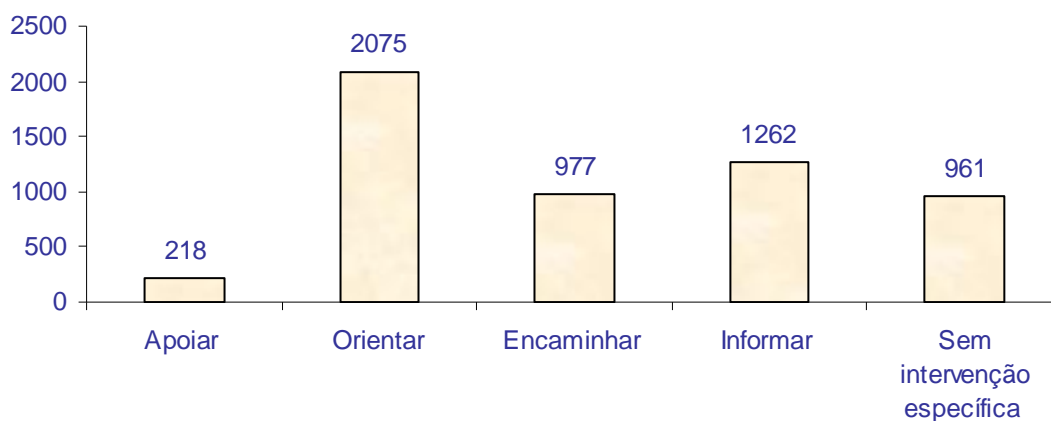
**Relação Apelante/ Criança**



Por identificar quando do momento do apelo ficaram (1199) apelantes.

No que diz respeito à distribuição de informação que chega à nossa linha telefónica, (2075) foram devidamente orientados, (1262) necessitaram de informações técnicas tendo os assuntos apresentados encontrado resposta durante o atendimento, (997) precisava que o S.O.S. - Criança activasse os seus serviços de encaminhamento, enquanto 218 pedidos foram de apoio. Dos apelos recebidos 961 não necessitavam de intervenção específica.

**Distribuição da Intervenção no Pedido**

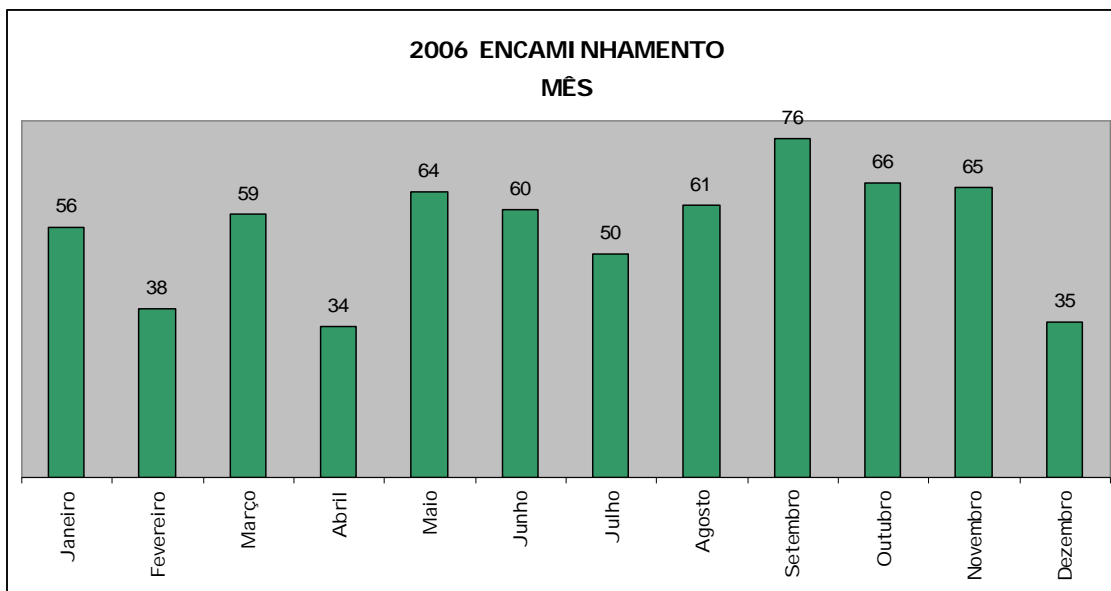


## Encaminhamento 2006

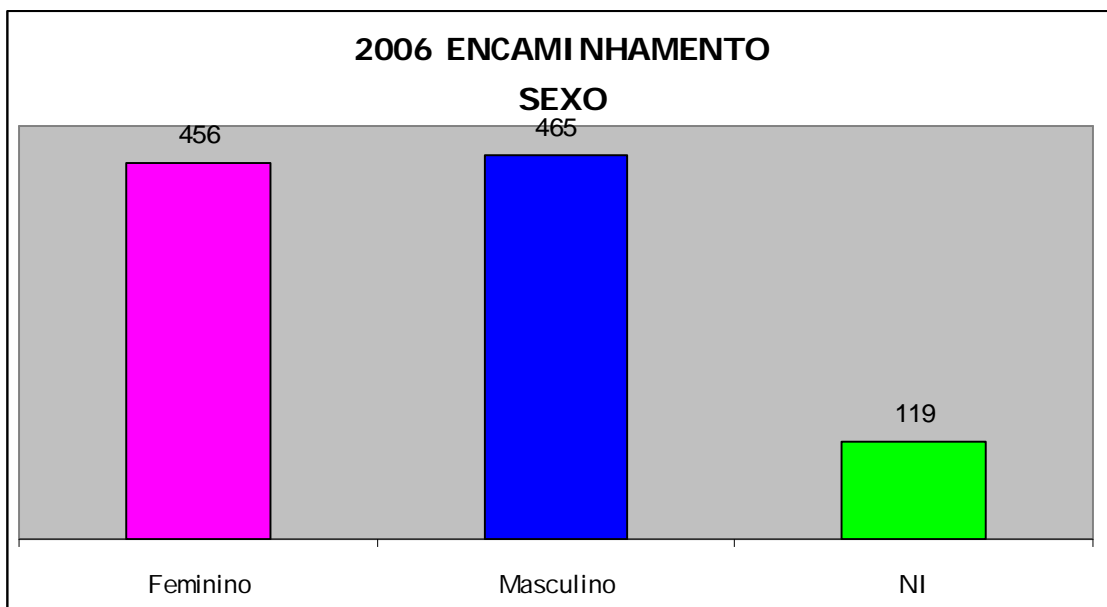
O atendimento telefónico tem como objectivo ajudar anónima e confidencialmente, através do diálogo, todas as crianças, jovens e adultos que contactam a linha, solicitando apoio ou apresentando situações relativas a crianças e jovens.

O encaminhamento consiste na triagem, registo de dados e contacto telefónico, escrito ou personalizado, por parte do técnico, com as entidades que, na comunidade, analisam o problema apresentado e intervêm na identificação e providenciamento da resposta adequada.

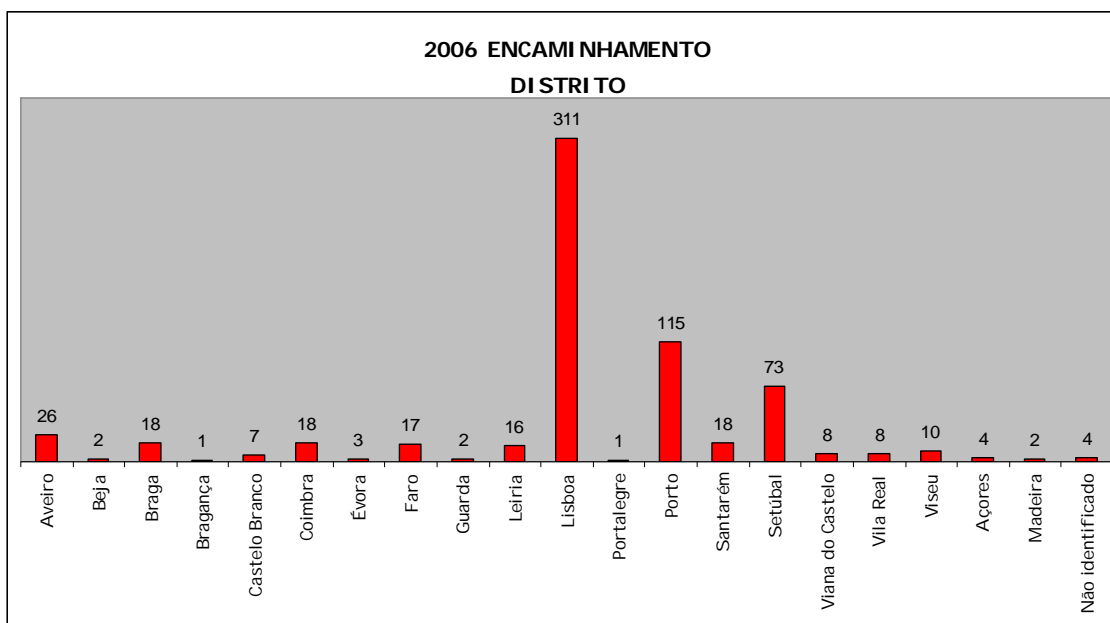
Em 2006 foram encaminhados 664 processos dos 4180 apelos recebidos nas linhas telefónicas. O SOS Criança encaminhou mais denúncias em Setembro, com 76 processos, seguido do mês de Outubro, com 66 processos, de Novembro, com 65 processos e de Maio, com 64 processos.



Estes 664 processos envolviam 1040 Crianças, sendo que observamos uma grande equidade no que toca ao género das crianças afectadas, embora o desconheçamos num elevado número de menores, face às situações de mendicidade recebidas.

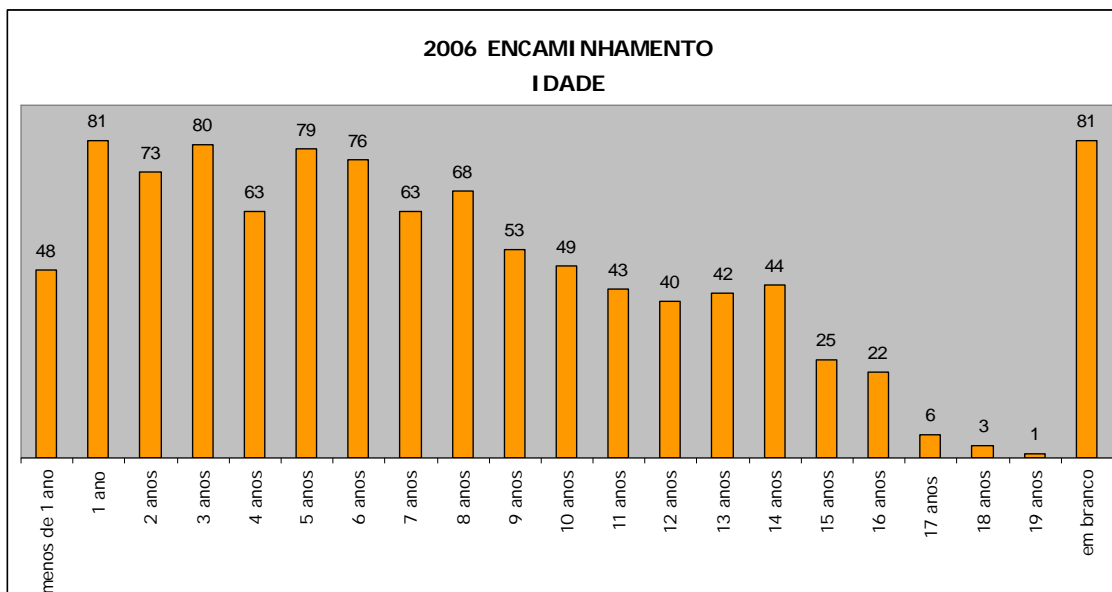


Estas crianças e jovens residem no distrito de Lisboa (311 processos), no distrito do Porto (115 processos) e no distrito de Setúbal (73 processos).



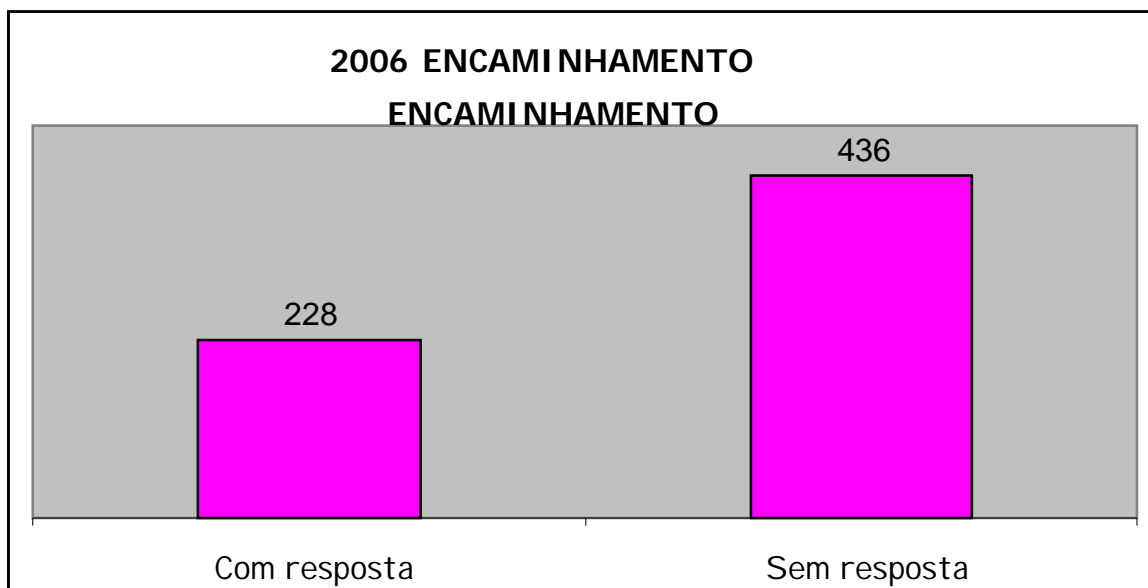
Estes 664 processos envolviam 1040 crianças. No que respeita à idade destas, verifica-se que existe um grande número de processos relativos a crianças com idades até aos 6 anos de idade. A partir dos 9 anos até aos 14 anos de idade o número de casos decresce um pouco, e a partir dos 15 anos ainda mais.

Por outro lado existem muitos processos sobre os quais não temos conhecimento da idade das crianças (81). Esta situação verifica-se, especialmente nos casos de mendicidade, porque muitas vezes quando o apelante apresenta a denúncia desconhece a idade da criança visualizada. Existem ainda outros casos em que desconhecemos a idade da Criança porque se trata de grupos de jovens integrados em centros de actividades e tempos livres, em lares de crianças, amas ou equipamentos de infância. O SOS Criança trabalha com crianças e jovens dos 0 aos 18 anos de idade, no entanto encaminhou um caso relativo a um jovem com 19 anos de idade, portador de deficiência que vive num lar.

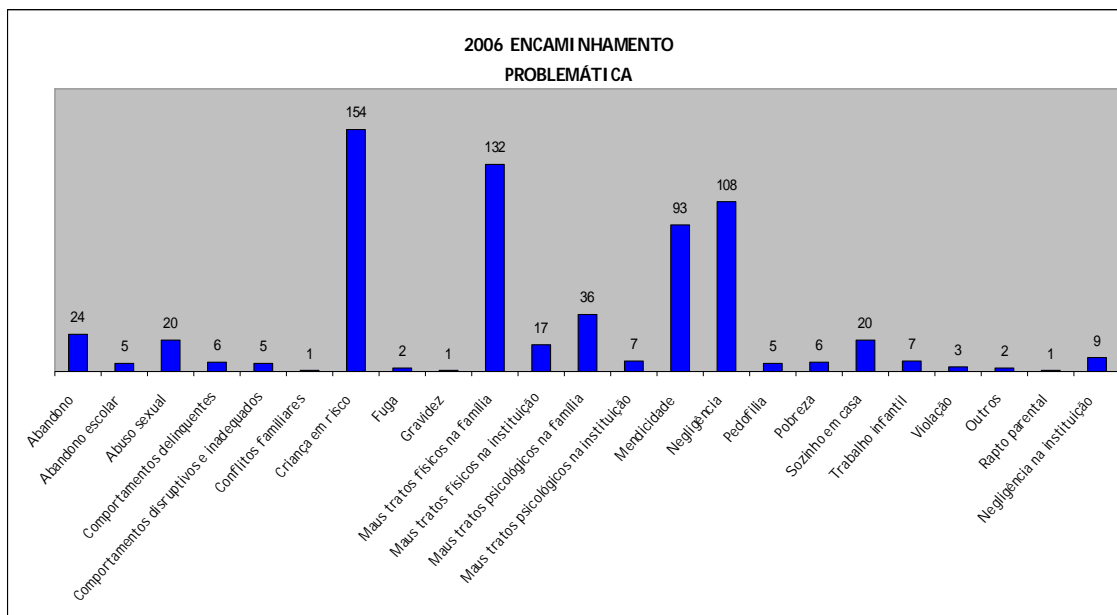


Dos 664 processos abertos, 436 não obtiveram resposta imediata ou a mesma não nos foi comunicada, como se observa do gráfico seguinte.

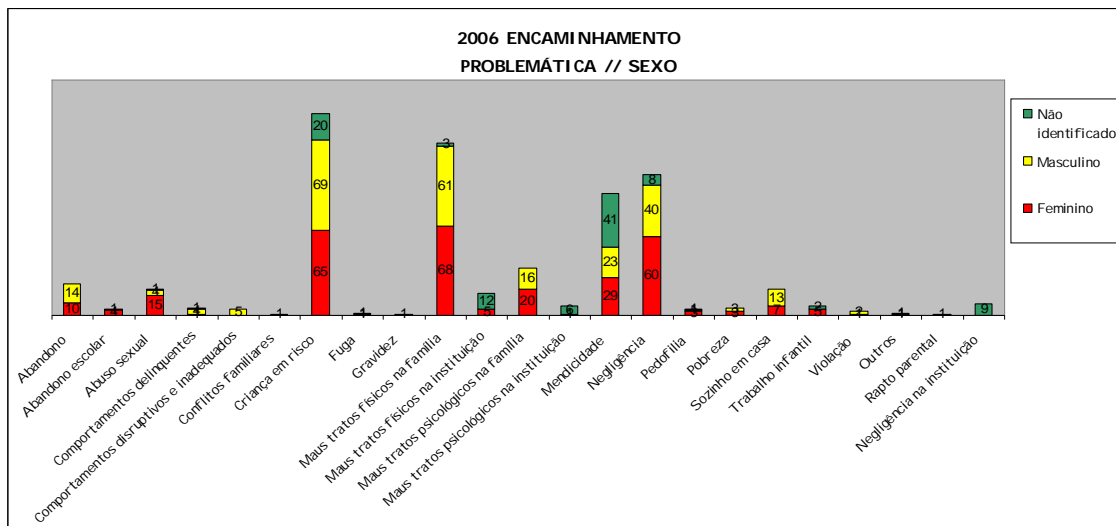




Das denúncias encaminhadas pelo SOS Criança no ano de 2006, destacam-se as seguintes problemáticas: *crianças em risco* (154 processos), *maus tratos físicos na família* (132), *negligência* (108), *mendicidade* (93), *maus tratos psicológicos na família* (36), *abandono* (24), *abuso sexual* (20), *sozinho em casa* (20) e *maus tratos físicos na instituição* (17).



Cruzando a problemática com o sexo da idade afectada, verificamos que não existe uma diferença significativa entre crianças do sexo feminino (476), do sexo masculino (465), sendo que subsistem processos nos quais desconhecemos ainda o género das 119 envolvidas.



Analisámos ainda a situação actual face às principais problemáticas apresentadas. Assim, quanto à problemática *criança em risco*, 112 processos estão ainda em averiguação por parte das entidades contactadas, 18 são casos verídicos e 24 não se confirmaram verídicas.

No que toca aos *maus tratos físicos na família*, 108 processos estão em averiguação, 10 já foram confirmados (casos verídicos) e 14 são situações não verídicas.

No que diz respeito à *negligência*, o SOS Criança tem 82 casos em averiguação, 12 são situações verídicas e 14 são situações não verídicas.

Em relação à *mendicidade*, 57 processos estão em averiguação, 16 são casos verídicos e 19 são situações não verídicas.

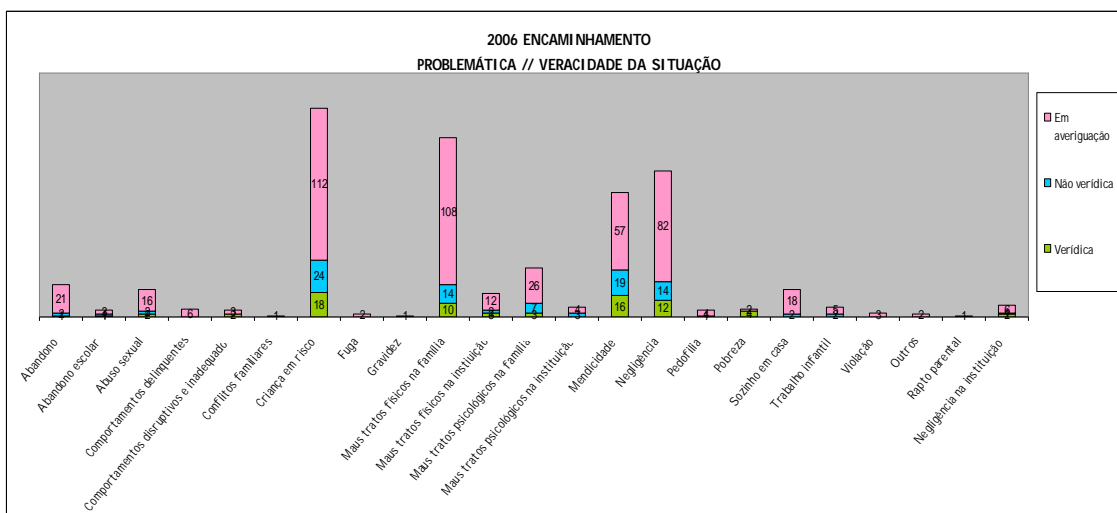
No que toca aos *maus tratos psicológicos na família*, 26 processos estão ainda em averiguação, 3 foram confirmados e 7 são situações não verídicas.

Em relação ao *abandono* 21 casos estão em averiguação, um é verdadeiro e dois são falsos.

Quanto ao *abuso sexual*, 16 são situações que estão em averiguação, duas foram confirmadas e duas são falsas.

No que diz respeito à problemática *sozinho em casa*, 18 casos estão em averiguação e dois são falsos.

Finalmente em relação aos *maus tratos físicos na instituição*, 12 processos estão em averiguação, três são situações verdadeiras e duas são falsas.

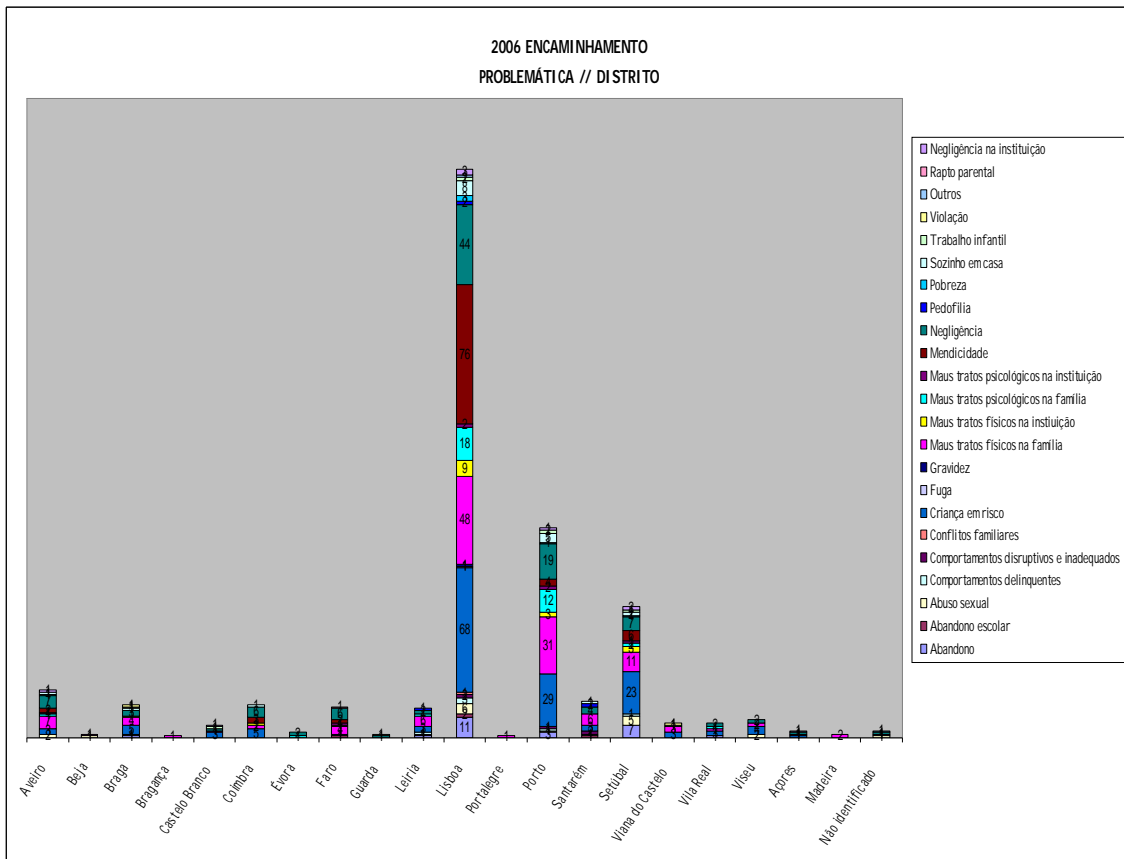


Em relação ao cruzamento entre a problemática e o distrito, é importante referir que existem três distritos que sobressaem no gráfico: Lisboa, Porto e Setúbal.

Em **Lisboa** os casos de *mendicidade* (76 casos), de *criança em risco* (68 casos), de *maus tratos físicos na família* (48 casos) e de negligência (44 casos) são as problemáticas de maior frequência de apelos no SOS Criança em 2006.

No distrito do **Porto** observa-se maior frequência nas problemáticas de *maus tratos físicos na família* (com 31 casos), de *criança em risco* (com 29 casos), de *negligência*, (com 19 casos) e de *maus tratos psicológicos na família* (com 12 casos).

Em **Setúbal** os casos de *crianças em risco* (23), de *maus tratos físicos na família* (11), de *abandono* (7), de *negligência* (7), de *mendicidade* (6) e de *abuso sexual* (5) foram as problemáticas com maior número de denúncias o SOS Criança..



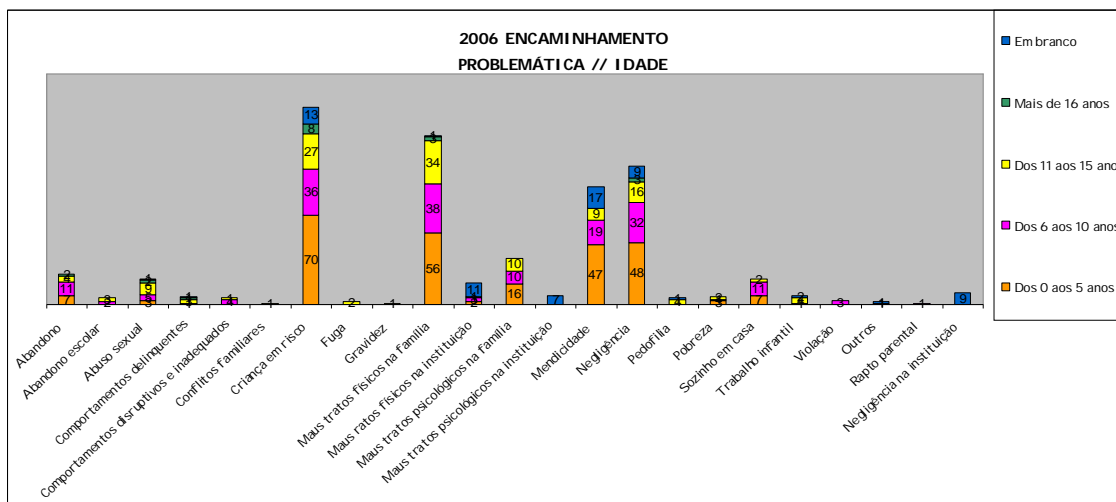
Ao cruzarmos as problemáticas com a idade das crianças envolvidas, observamos que a problemática *criança em risco* envolvia 70 crianças com idades até aos 5 anos de idade, 36 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, 27 crianças têm entre 11 e 15 anos de idade, 8 com mais de 16 anos e desconhecemos a idade de 13 das crianças. Relativamente aos *maus tratos físicos na família*, 56 crianças vítimas têm até 5 anos de idade, 38 crianças têm entre 6 a 10 anos de idade, 34 têm entre 11 e 15 anos, 3 têm mais de 16 anos e desconhecemos a idade de uma criança.

Quanto à problemática *negligência*, 48 crianças têm até 5 anos de idade, 32 têm entre 6 a 10 anos de idade, 16 têm entre 11 e 15 anos de idade, 9 não se sabe a idade e 3 crianças têm mais de 16 anos.

No que diz respeito à *mendicidade*, 47 crianças têm até 5 anos de idade, 19 têm entre 6 e 10 anos de idade, 9 têm entre 11 e 15 anos de idade e não conhecemos a idade de 17 crianças reportadas.

Por fim, os *maus tratos psicológicos na família* envolvem 16 crianças até os 5 anos de idade, 10 crianças têm entre 6 e 10 anos de idade e 10 têm entre 11 e 15 anos de idade.

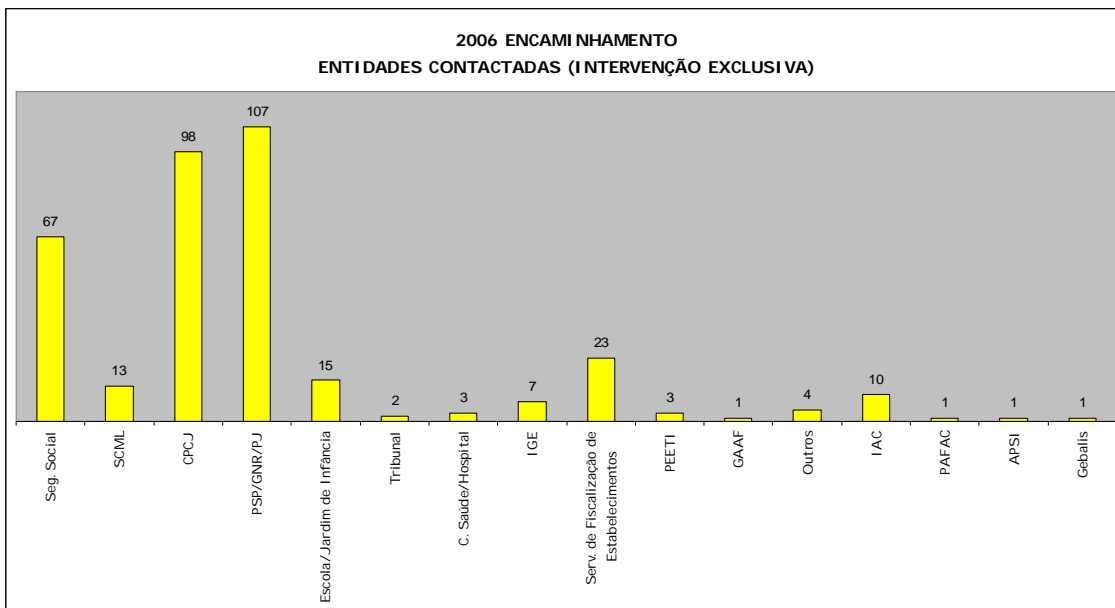
Observa-se assim uma maior incidência de vítimas até aos 10 anos de idade, cerca de 372 crianças (só em relação às problemáticas com maior incidência nas linhas telefónicas).



Na análise ao encaminhamento dos apelos recebidos houve necessidade, até para uma leitura mais fácil, de criar duas categorias - **intervenção exclusiva** e **intervenção conjunta** – no que diz respeito à entidade contactada, à resposta da instituição de encaminhamento e à instituição responsável pela intervenção.

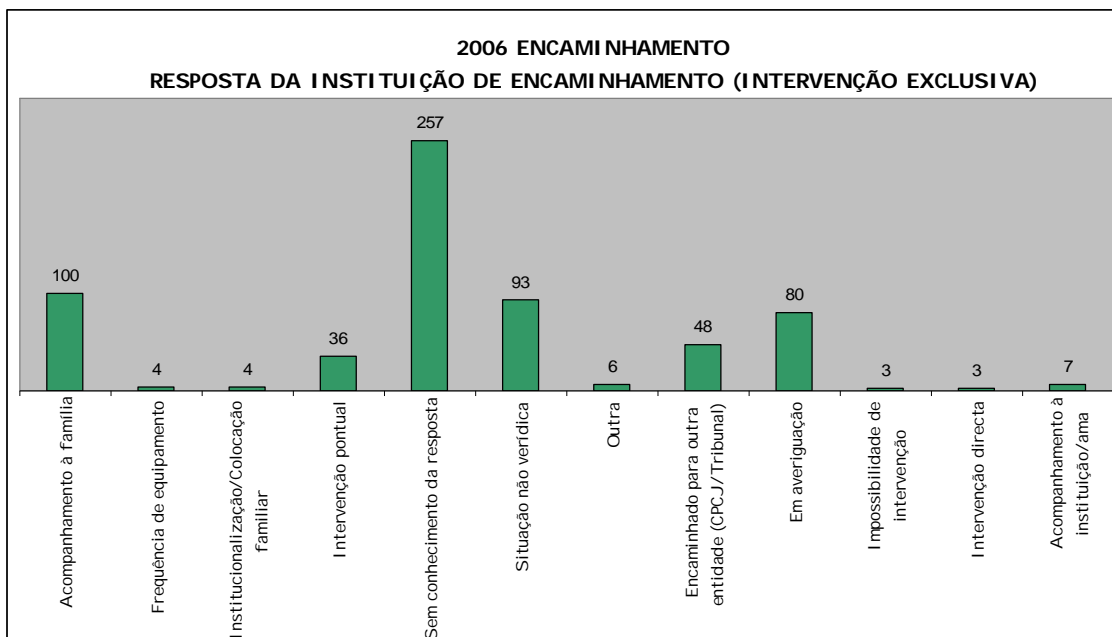
A **intervenção exclusiva** refere-se às situações em que o SOS Criança trabalhou apenas com uma entidade para a resolução da situação apresentada, e a **intervenção conjunta** prende-se com a articulação com mais do que uma entidade na procura de uma solução para o caso em apreço.

Para fazer o encaminhamento destas situações o SOS Criança teve necessidade de articular com várias entidades, como foi o caso da PSP/GNR/PJ (107 casos), da CPCJ (98 casos) e da Segurança Social (67 casos).

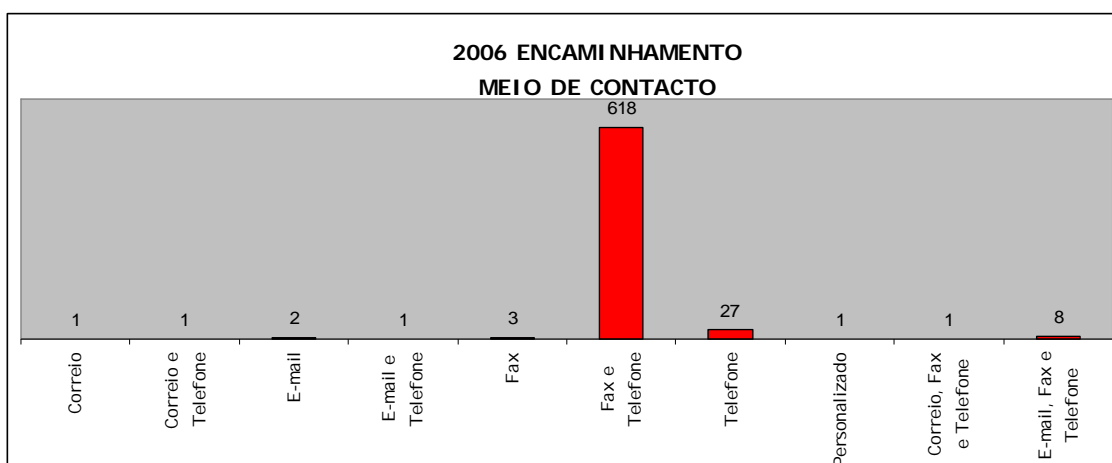


Os técnicos tiveram a necessidade de, em relação a alguns apelos, articular com mais do que uma entidade (intervenção conjunta) como foi o caso da CPCJ e Escola/Jardim de Infância (59 processos); da CPCJ e PSP/GNR/PJ (45 processos); da Segurança Social e CPCJ (37 processos); da Segurança Social e Escola/Jardim de Infância (19 processos); Segurança Social e PSP/GNR/PJ (14 processos); Segurança Social, CPCJ e PSP/GNR/PJ (11 processos) e Segurança Social, CPCJ e Escola/Jardim de Infância (11 processos).





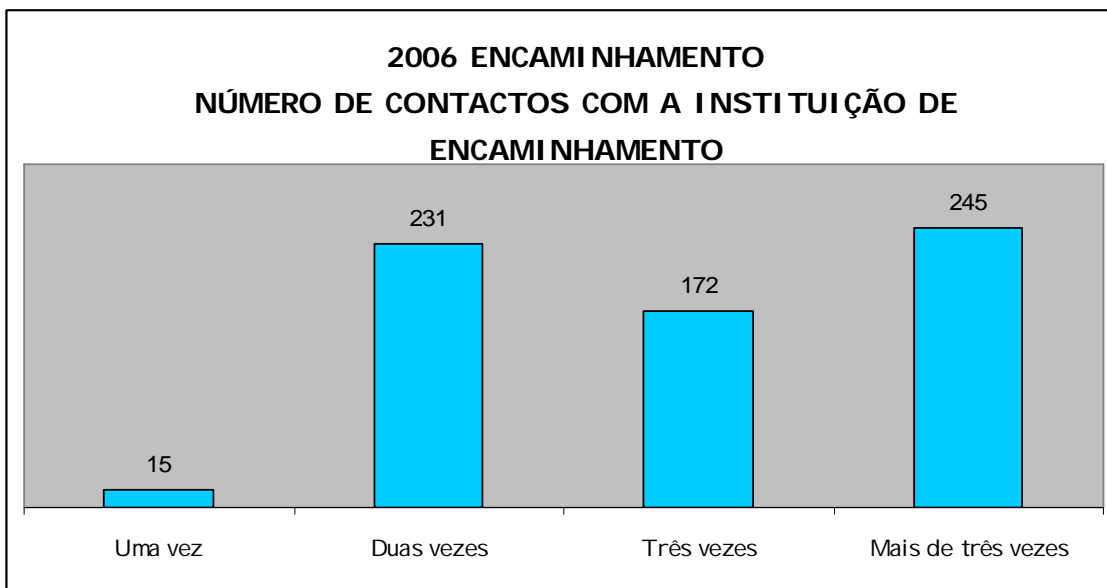
O meio de contacto mais utilizado para articular com as entidades parceiras foi o telefone e o fax em conjunto (618 casos), tendo nos restantes casos sido utilizado apenas o telefone (27) ou combinações com outras formas de comunicação (8).



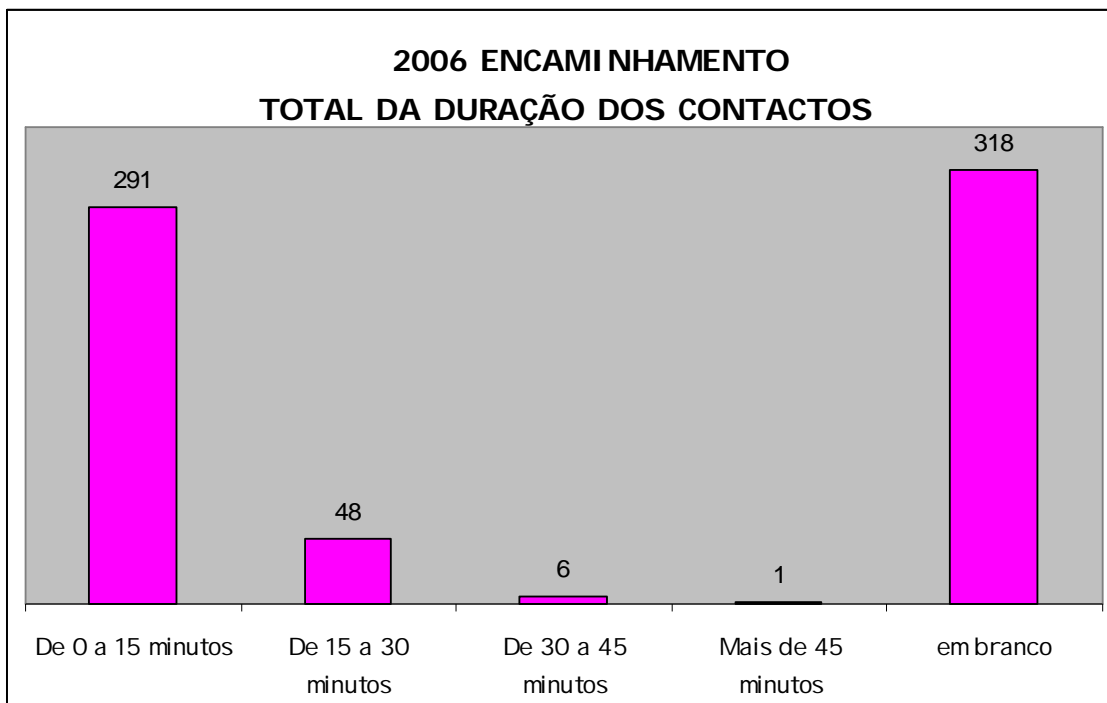
De realçar que os contactos são frequentes e assíduos neste trabalho de articulação com os parceiros na procura de uma solução para o caso exposto ao SOS Criança, como atesta o gráfico seguinte.

Em 245 casos houve necessidade de contactar a entidade parceira mais de três vezes, em 231 casos foi necessário contactar a instituição duas vezes, em 172 processos foi necessário contactar três vezes, e em 15 situações foi necessário efectuar apenas um contacto com a instituição.

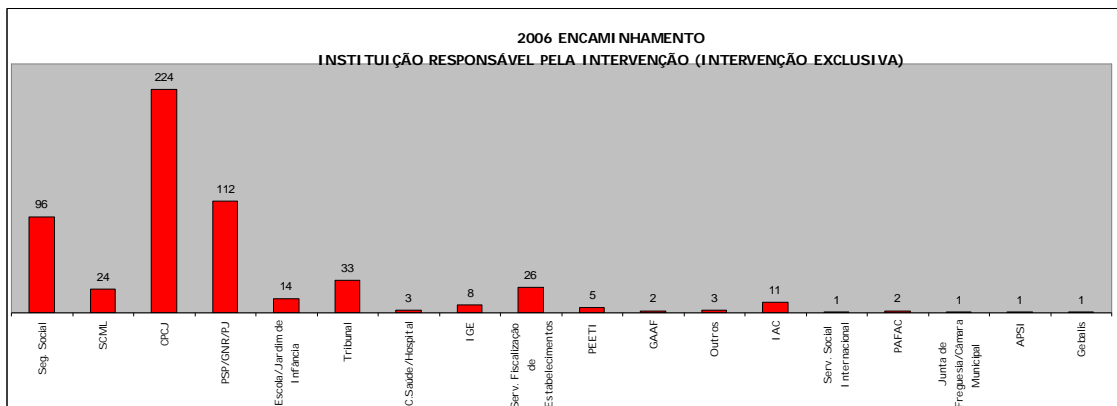




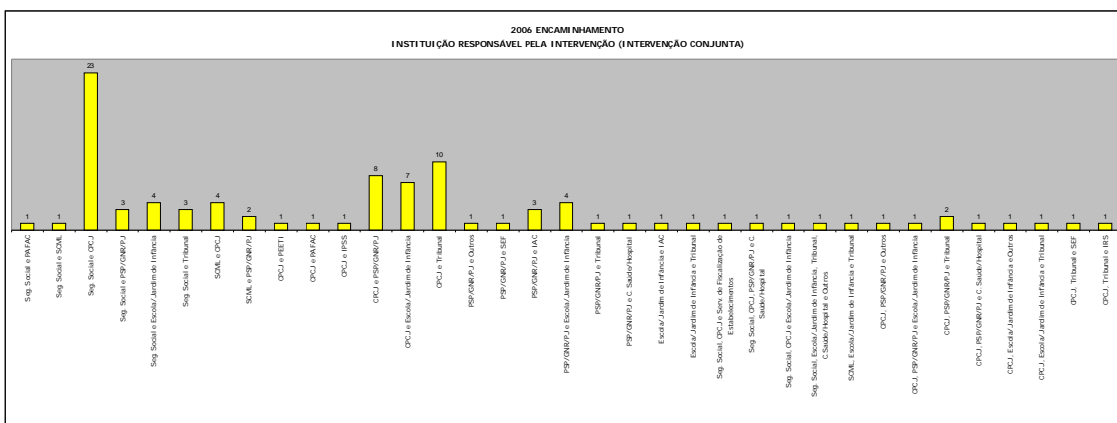
Na maioria dos casos, estes contactos duraram até 15 minutos (291). Em 48 processos os contactos duraram entre 15 e 30 minutos. Em 6 casos os contactos duraram entre 30 a 45 minutos e num caso o contacto durou mais de 45 minutos. Contudo, constatamos a maioria dos registos em branco nesta rubrica (318) dado que os técnicos não fizeram referência à duração total dos contactos na ficha de encaminhamento.



Em termos de entidade responsável pela intervenção directa para remoção efectiva do perigo e/ou risco nos casos encaminhados pelo serviço SOS Criança, a CPCJ foi a instituição que mais frequentemente assumiu a responsabilidade da intervenção (em 224 casos), seguida da PSP/GNR/PJ (em 112 casos), e a Segurança Social (que interveio em 96 situações). Também o Tribunal interveio (em 33 casos), o Serviço de Fiscalização de Estabelecimentos da Segurança Social foi responsável pela intervenção (em 26 casos) e a Santa Casa Misericórdia de Lisboa, responsável pela intervenção em 24 situações.

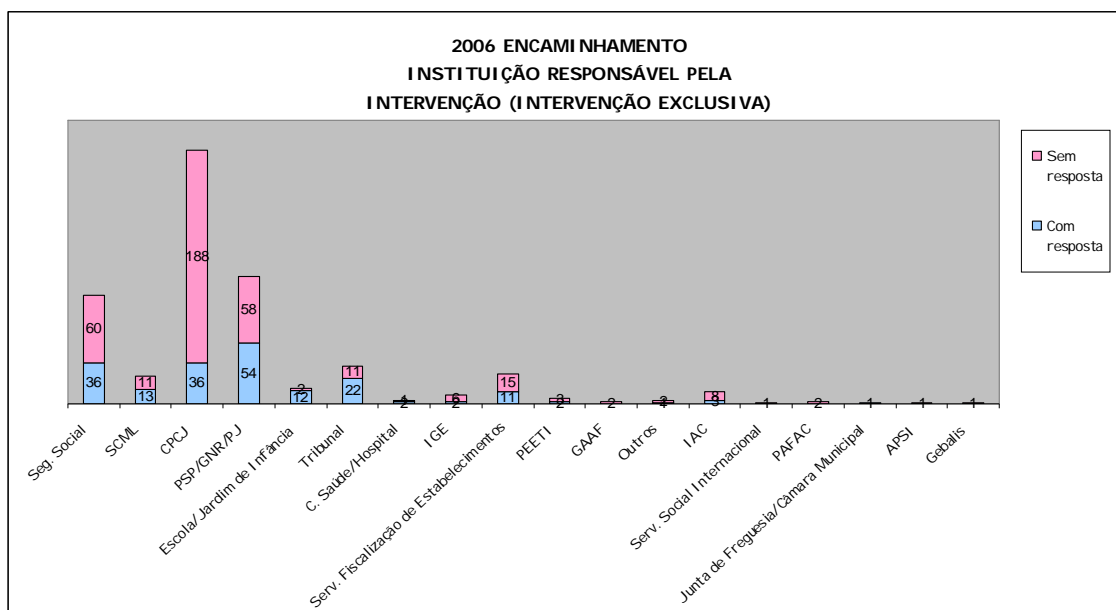


No que diz respeito à intervenção conjunta das instituições, podemos destacar a Segurança Social e a CPCJ que foram responsáveis pela intervenção em 23 processos, a CPCJ e Tribunal que foram responsáveis pela intervenção em 10 casos, a CPCJ e PSP/GNR/PJ que foram responsáveis pela intervenção em 8 processos, e a CPCJ e Escola/Jardim de Infância responsáveis pela intervenção em 7 situações.

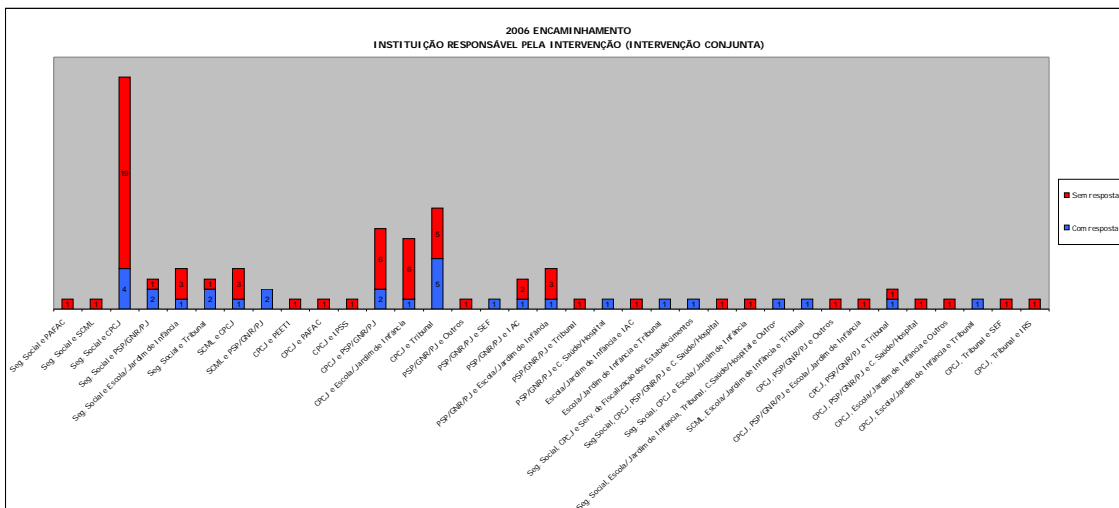


Em termos de obtenção de feedback dos nossos parceiros na intervenção, as CPCJ foram a instituição responsável pela intervenção exclusiva com maior número de processos. Contudo, dos processos encaminhados pelo SOS Criança para esta entidade, só obtivemos 36 respostas, aguardando ainda informação dos restantes 188 casos

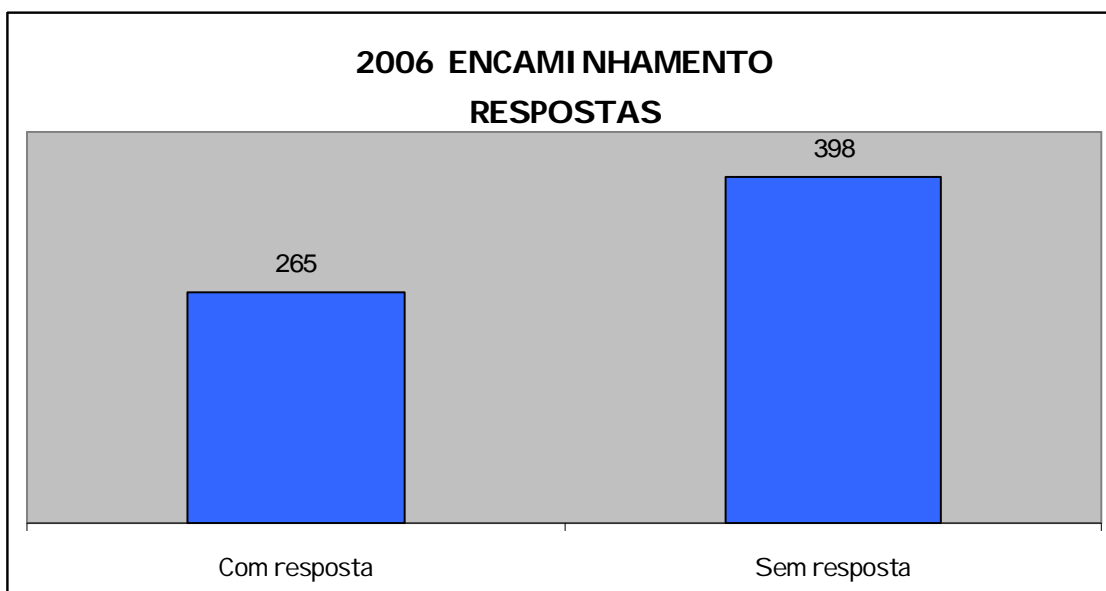
participados. Depois surge a PSP/GNR/PJ, de onde recebemos 54 respostas mas aguardamos para os 58 processos encaminhados sem resposta. A Segurança Social surge em terceiro lugar na intervenção exclusiva, com 60 processos encaminhados sem resposta e 36 com resposta. Já o Tribunal respondeu a 22 dos processos encaminhados, embora aguardemos ainda a resposta de 11 processos. O Serviço de Fiscalização de Estabelecimentos da Segurança Social surge com 15 encaminhados sem resposta e 11 com resposta. Por fim a Santa Casa Misericórdia de Lisboa facultou-nos resposta a 13 processos encaminhados e aguardamos a mesma a 11 processos sem resposta.



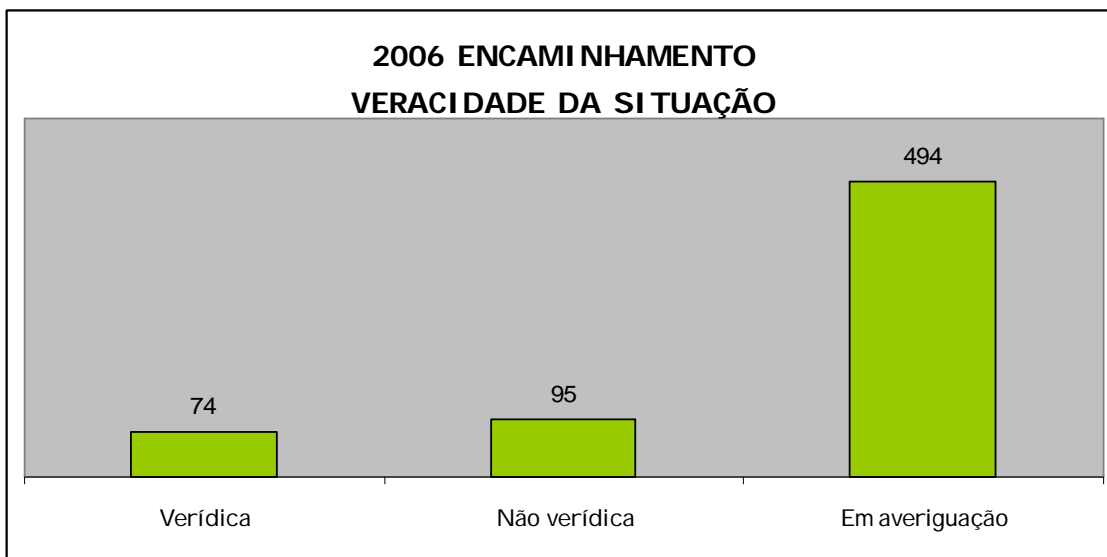
No que diz respeito à obtenção de feedback nos processos em que houve intervenção conjunta, a Segurança Social e a CPCJ foram as entidades que o SOS Criança mais contactou. Estas instituições tiveram 4 intervenções em que deram resposta e 19 em que não tivemos conhecimento da resposta ao nosso encaminhamento. A CPCJ e o Tribunal foram também contactados para intervirem em situações comunicadas ao SOS Criança. Em cinco casos foi-nos comunicada a resposta e em outros cinco aguardamos ainda resposta. No caso da articulação conjunta da CPCJ e PSP/GNR/PJ, obtivemos 2 respostas e aguardamos resposta em 6 casos. Nas situações de articulação conjunta entre CPCJ e a Escola/Jardim de Infância, apenas um obteve resposta, permanecendo 6 casos sem resposta.



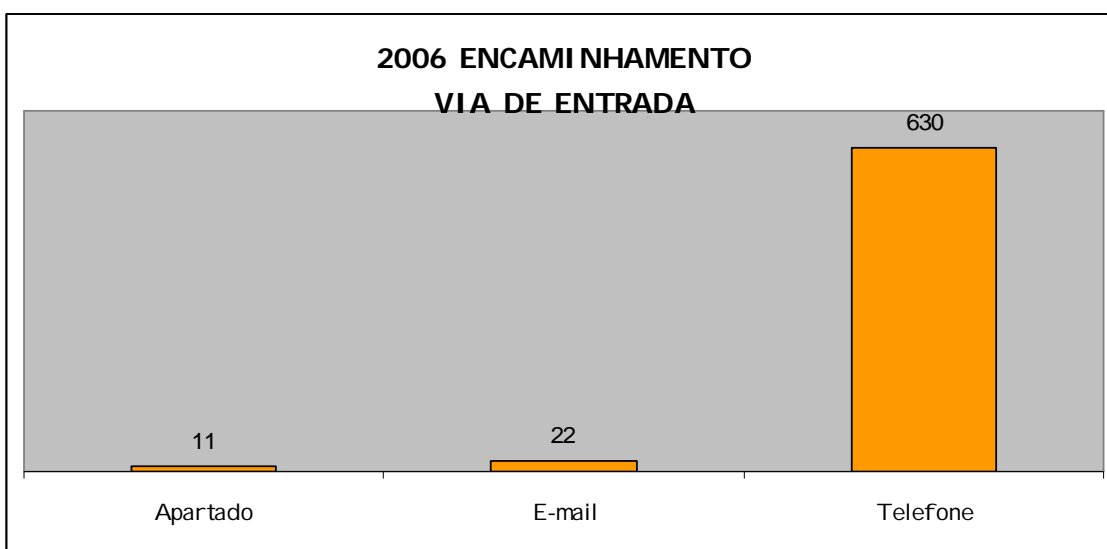
Dos 664 novos processos encaminhados em 2006 pelo SOS Criança, a grande maioria não obteve uma pronta resposta (398).



Assim, a grande maioria dos processos estão em averiguação por parte das entidades parceiras (494). Sabemos que 74 casos correspondem a situações verídicas a ver pelo feedback dos parceiros interpelados e 95 das situações expostas constituem falsos testemunhos, no sentido em que não foram corroborados pelos nossos parceiros interventores.



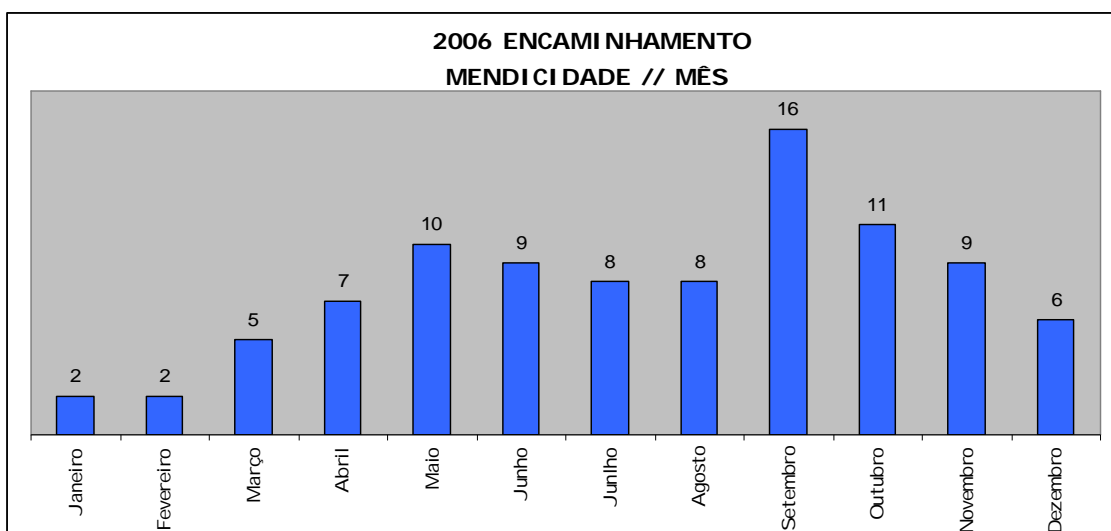
Os apelantes quando contactam o SOS Criança fazem-no sobretudo através do telefone (630 processos). Embora estejamos numa época em que as novas tecnologias ganham importância, as pessoas continuam a preferir utilizar o telefone para entrar em contacto com os técnicos do SOS, talvez porque sabem que do outro lado da linha está um profissional que as vai orientar, dar informações ou encaminhar o caso para as entidades competentes. Para além de relatos sobre crianças que são maltratadas, ou que estão em risco, muitas vezes as pessoas ligam apenas para pedir informações, orientações, partilhar preocupações ou são as próprias crianças a ligar para falar sobre os seus problemas e/ou do seus pais. Outro factor importante para a preferência da linha telefónica sobre o email ou apartado, poderá ser o facto do SOS Criança ter uma linha grátis e do seu trabalho estar cada vez mais divulgado nas escolas e nos media



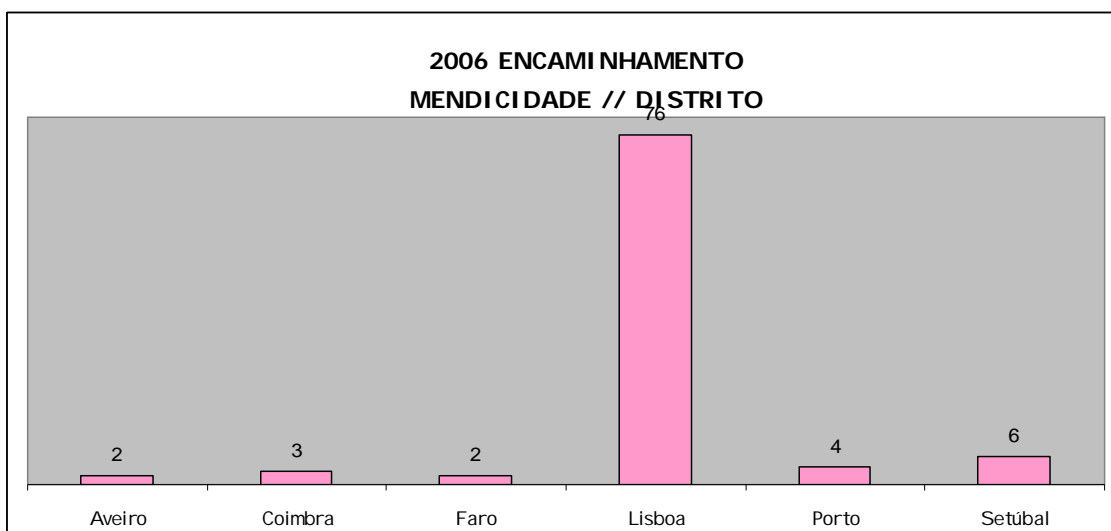
## Mendicidade

Dado o compromisso assumido pelo IAC no âmbito das Crianças Migrantes Não Acompanhadas, de acordo com a Directiva Europeia do Contributo da Sociedade Civil na busca de Crianças desaparecidas, destacámos as situações de mendicidade das demais problemáticas.

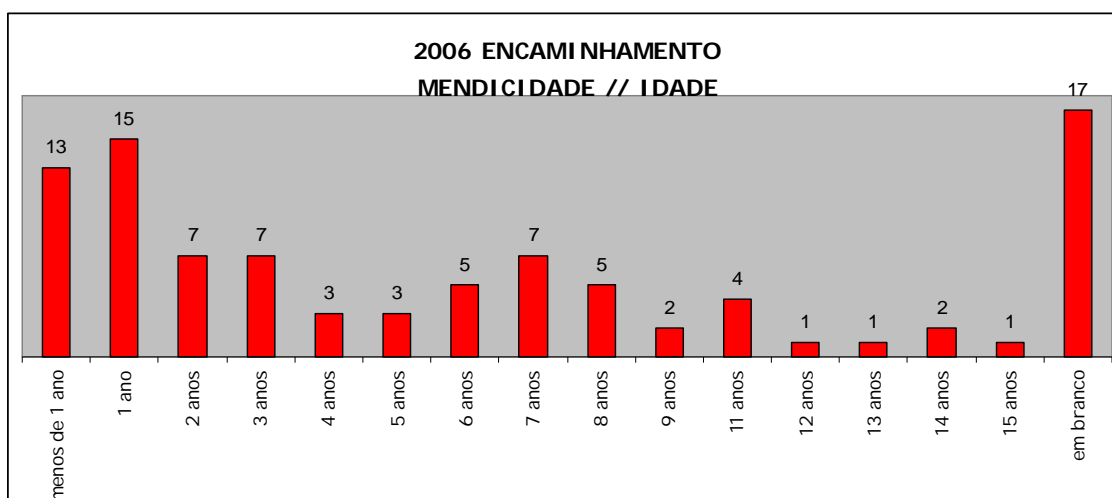
Assim, Setembro foi o mês em que os técnicos do SOS Criança receberam mais casos de mendicidade com menores (16). Registou-se um grande número de casos entre os meses de Maio e de Novembro (entre 8 a 11 situações por mês).



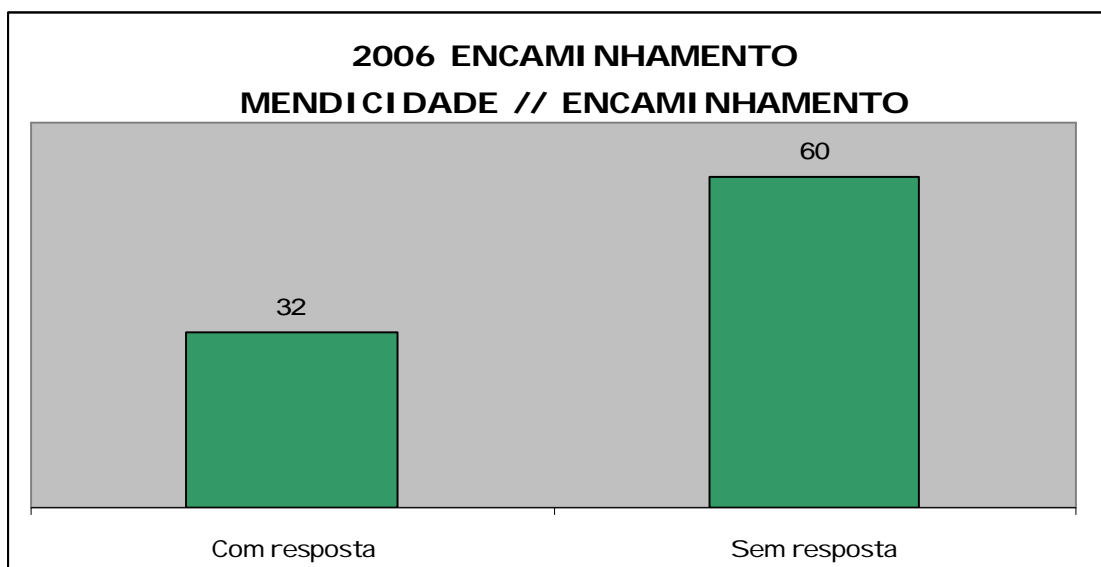
Foi no distrito de Lisboa que se denunciaram mais casos de mendicidade (76).



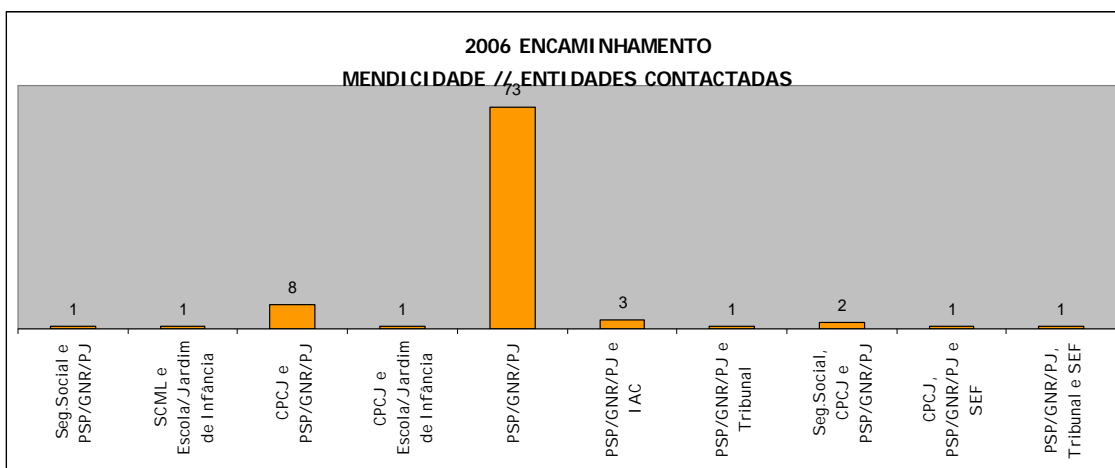
Nas situações de mendicidade constata-se um grande número de crianças muito novas. Em 2006 surgiram, relacionadas com a problemática mendicidade, 15 crianças com apenas um ano de idade e 13 crianças com menos de um ano de idade. Em relação a 17 crianças desconhecemos a sua idade. Estes casos estão muitas vezes relacionados com o facto de nem sempre a pessoa que reporta o caso saber a idade da criança ou então quando o SOS Criança contacta as autoridades policiais para ir ao local averiguar, quando estes lá chegam não encontram ninguém e consequentemente não podem proceder à identificação da criança envolvida.



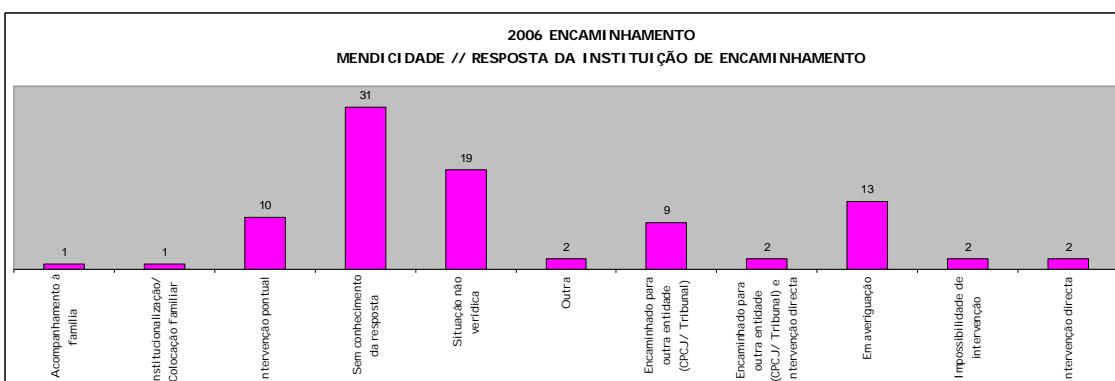
Em relação ao encaminhamento destas situações, que recebem encaminhamento imediato após a recepção da denúncia, 60 processos não obtivemos resposta por parte das entidades policiais, recebendo apenas resposta em 32 casos participados.



Na problemática mendicidade a entidade mais contactada foram as Forças de Segurança, em 73 processos. Nestes casos de mendicidade os técnicos do SOS Criança contactam a PSP/GNR para ir ao local verificar se a situação que comunicada é verdadeira e identificar as pessoas envolvidas nesta forma de exploração infantil.

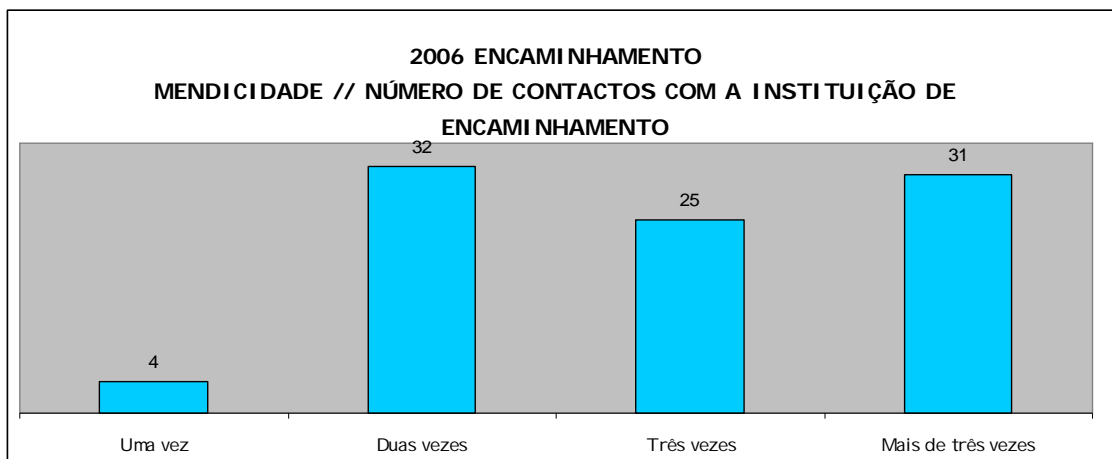


Em 31 casos, o SOS Criança não obteve conhecimento da resposta da instituição de encaminhamento, em 19 processos a situação não se verificou verdadeira, 13 casos estão em averiguação, 10 receberam uma intervenção pontual e 9 situações em que o caso foi encaminhado para outra entidade por se verificarem verdadeiros e necessitarem de intervenção (CPCJ/Tribunal).

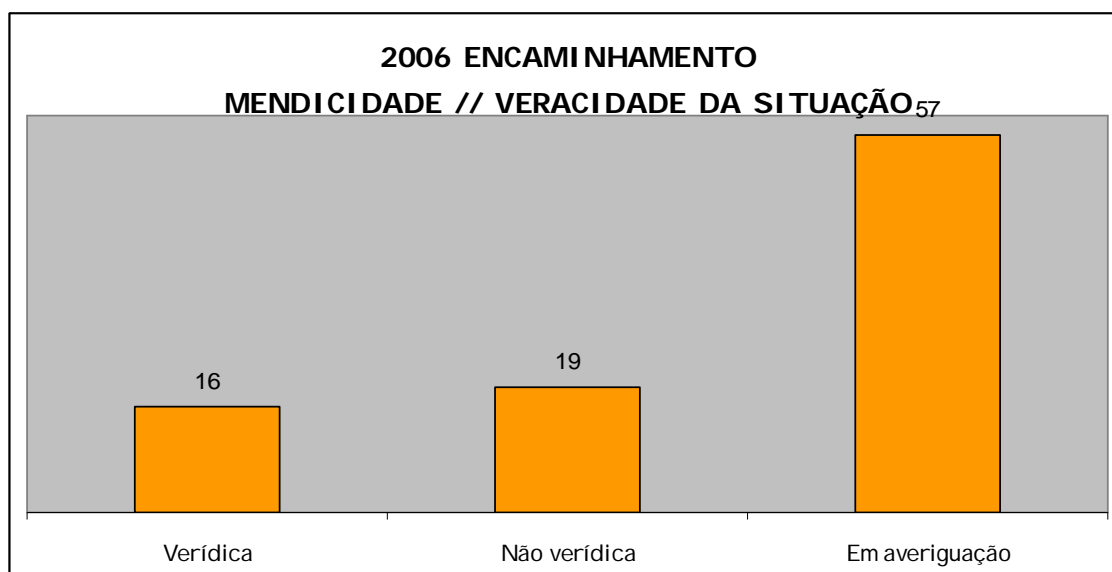


Em termos de frequência de contactos, o SOS Criança estabeleceu vários contactos com as entidades para obtenção de resposta. Em 32 processos de mendicidade contactou duas vezes com a instituição de encaminhamento, em 31 casos entrou em contacto com a instituição mais de três vezes, em 25 processos contactou a instituição de encaminhamento três vezes e só em 4 situações efectuou apenas um contacto com a instituição.

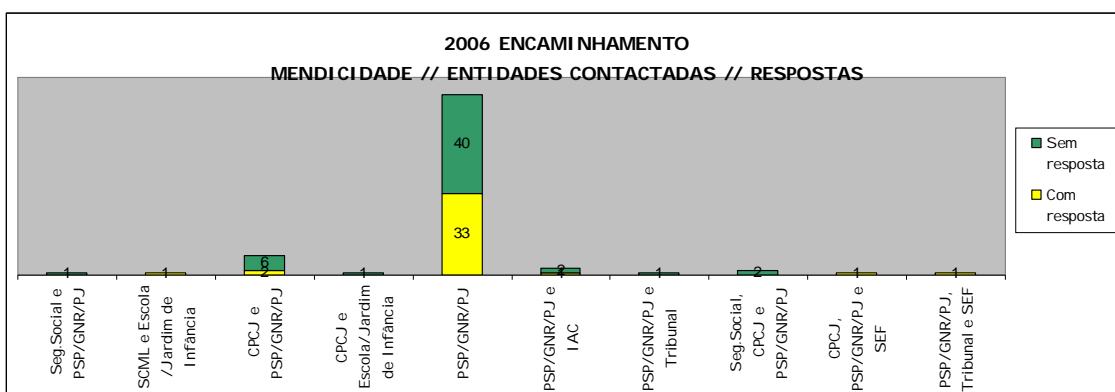




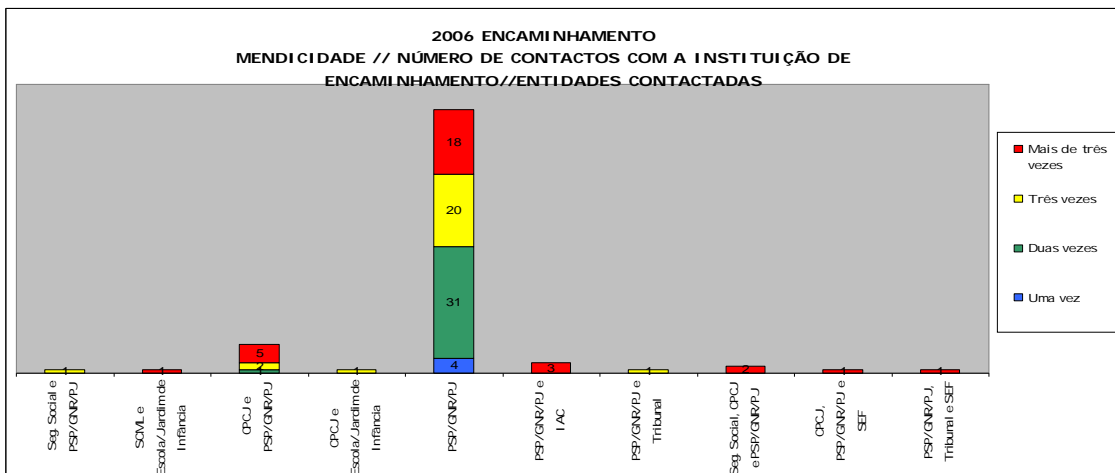
Relativamente à veracidade das situações de mendicidade que são reportadas ao SOS Criança, 57 processos estão em averiguação, 19 situações não foram confirmadas e apenas 16 são situações verídicas. Estes dados estão de acordo com o que foi referido anteriormente, ou seja, no que diz respeito a esta problemática é muitas vezes difícil identificar as crianças e adultos que com elas estão a efectuar este acto, pois o que por vezes acontece é as Crianças já não se encontrarem no local referido na denúncia quando as autoridades policiais lá chegam. Estas pessoas têm hábitos itinerantes, e vão alternando o local onde efectuam esta prática. Em outros casos ainda, acontece que as pessoas que foram alvo de denúncia conseguem frequentemente fugir das autoridades policiais quando estas chegam ao local.



Em 40 processos os técnicos do SOS Criança não tiveram conhecimento da resposta em contraste com os 33 em que tiveram conhecimento da resposta. É importante referir, ainda que com pouca expressão, as situações em que o SOS Criança contactou mais do que uma instituição. É o caso da CPCJ e PSP/GNR/PJ que em 6 processos os técnicos do SOS Criança não obtiveram conhecimento da resposta à situação e só em 2 processos tiveram resposta. Uma conclusão que podemos tirar é que em muitos casos os técnicos do SOS Criança não tiveram conhecimento da resposta da entidade contactada (53 processos para 39 com conhecimento). No fundo, representam os casos em que não houve identificação dos menores envolvidos.



Em termos de contactos efectuados, em 31 processos o SOS Criança entrou em contacto duas vezes com as forças de segurança, em 20 casos os técnicos contactaram três vezes, em 18 situações o SOS Criança contactou mais de três vezes com a PSP/GNR/PJ e em quatro situações contactou apenas uma vez com esta entidade. Relativamente às instituições que os técnicos contactaram mais de uma vez (intervenção conjunta), cinco destes contactos foram mais de três vezes com a CPCJ e PSP/GNR/PJ, dois processos tiveram três contactos com a CPCJ e PSP/GNR/PJ e um caso teve dois contactos dos técnicos do SOS Criança com a CPCJ e PSP/GNR/PJ.



## Reavaliação

Em 2006 houve necessidade de reavaliar 124 processos, com o objectivo de analisar, avaliar a qualidade e a eficácia da intervenção do SOS- Criança .

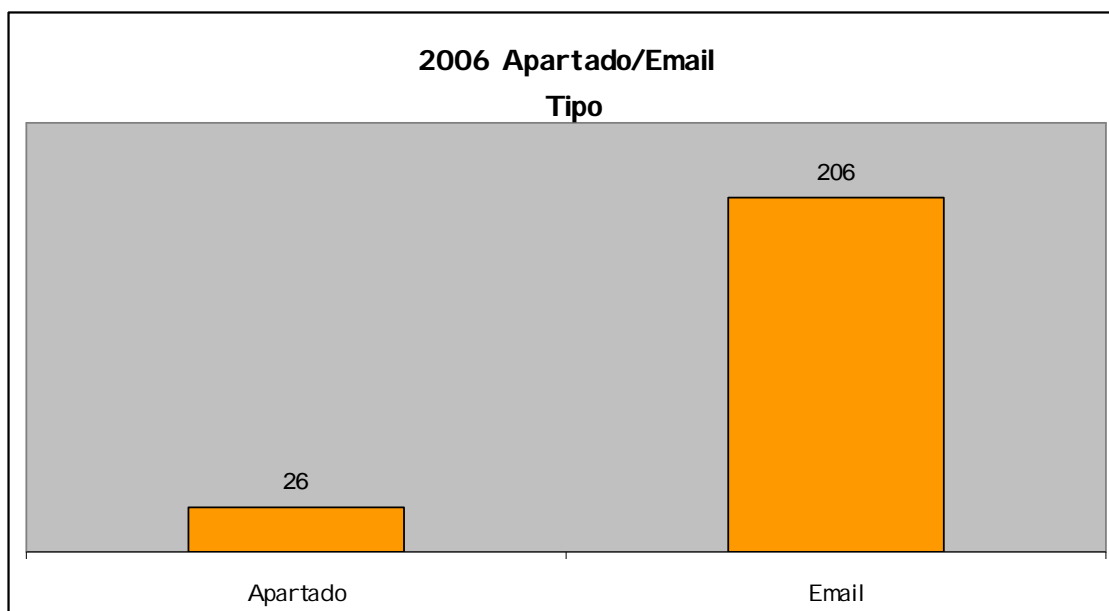
Através do Serviço de Reavaliação consegue-se perceber o desfecho das situações e afinar procedimentos.

## 2006 Apartado / E-mail

O Serviço de Apartado é uma alternativa e um complemento do serviço telefónico. Foi criado para que se pudesse dar resposta a quem preferia denunciar uma situação por escrito, para remeter alguma informação complementar ao telefonema e/ou um processo encaminhado.

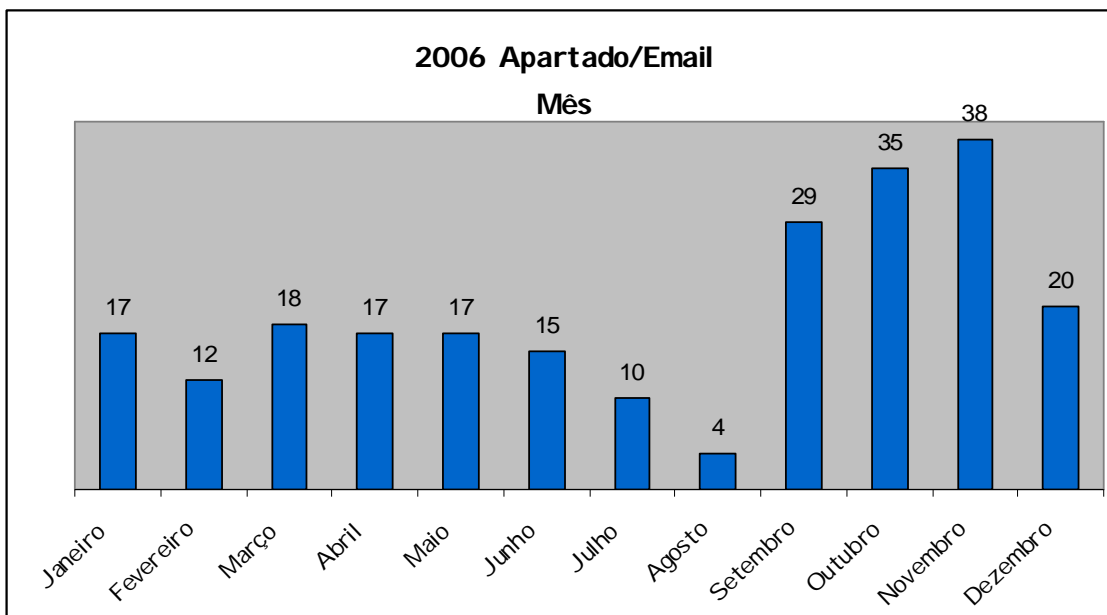
O e-mail é a carta dos tempos modernos, preferida por muitos utilizadores do serviço Apartado.

Em 2006, o SOS Criança recebeu 206 novos casos por e-mail e 26 através do Apartado.



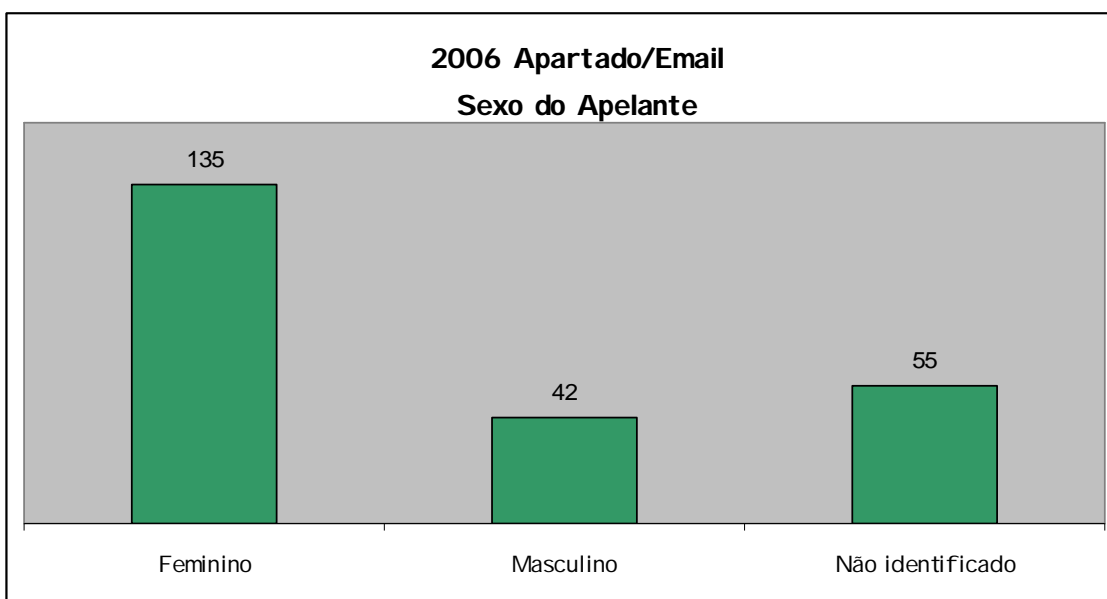
Os meses de Novembro (38), Outubro (35), Setembro (29) e de Dezembro (20) foram os meses em que o SOS Criança recebeu mais casos.

Observa-se uma constância de denúncias até Julho de 2006, seguido por um aumento súbito a partir de Setembro. O mês de Julho, com 10 processos e o de Agosto, com apenas 4, foram os meses em que o SOS Criança recebeu menos situações.

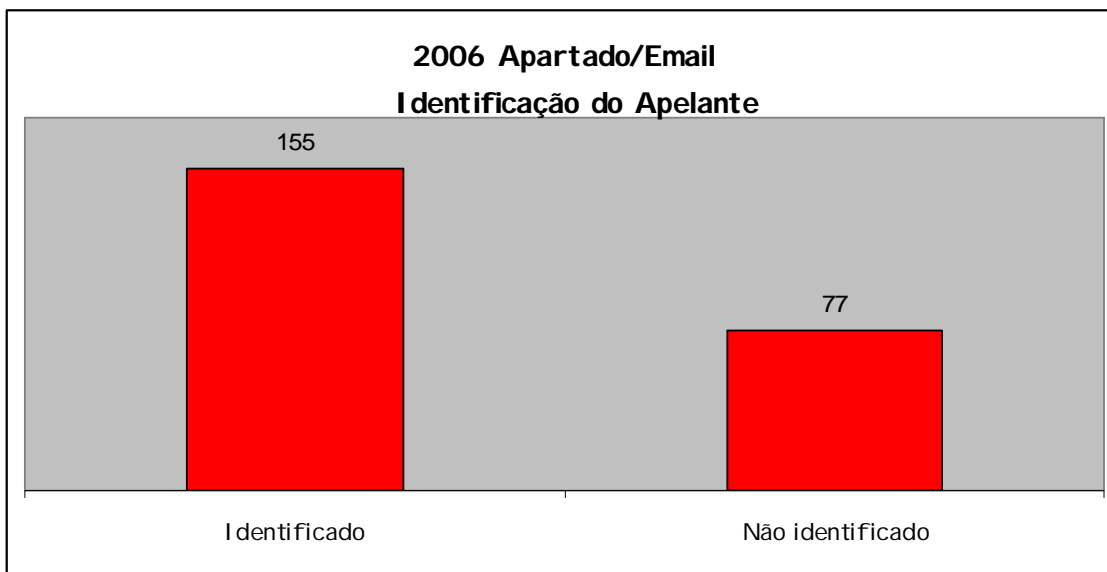


Na sua maioria, os apelos que o SOS Criança recebeu em 2006 foram feitos por indivíduos do sexo feminino (135 processos). Contudo, desconhecemos o sexo do denunciante em 55 situações, o que significa desconhecer o nome, o sexo, o distrito e a relação que o apelante tem com a criança.

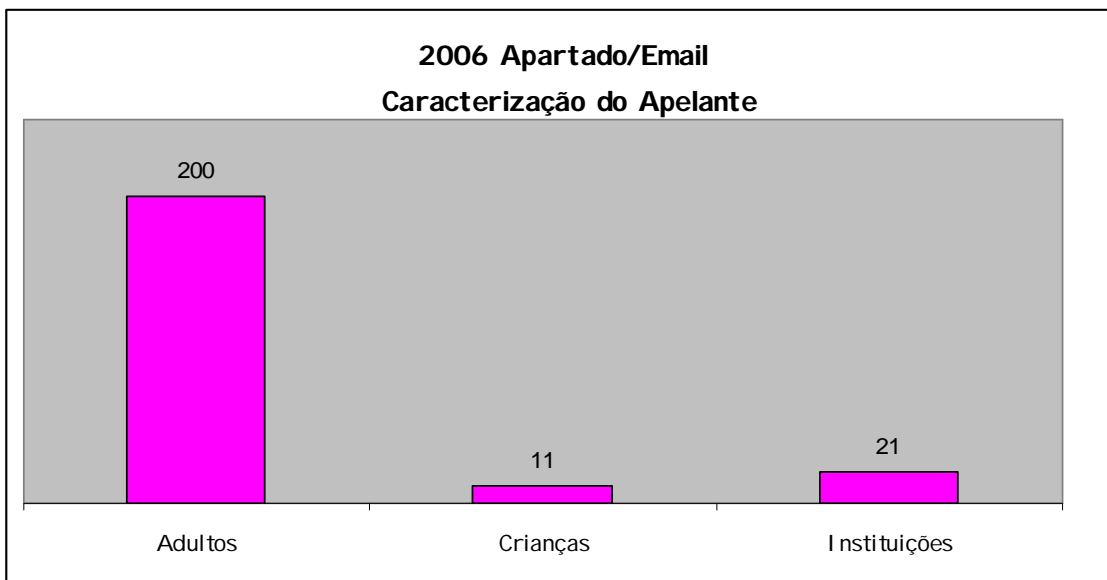
Esta situação, cuja leitura é mais de análise estatística e sociológica, não prejudica o encaminhamento por parte do serviço dado que, para os técnicos do SOS Criança o que importa saber são os dados da criança e a descrição da situação para que possam encaminhar o caso para outras entidades parceiras e trabalhar a solução em conjunto.



Registaram-se contudo 155 casos em que o apelante se identificou plenamente e 77 situações em que não o fez.



Constatamos que os emails/apartados foram remetidos por adultos (200), por instituições (21) e por crianças (11).

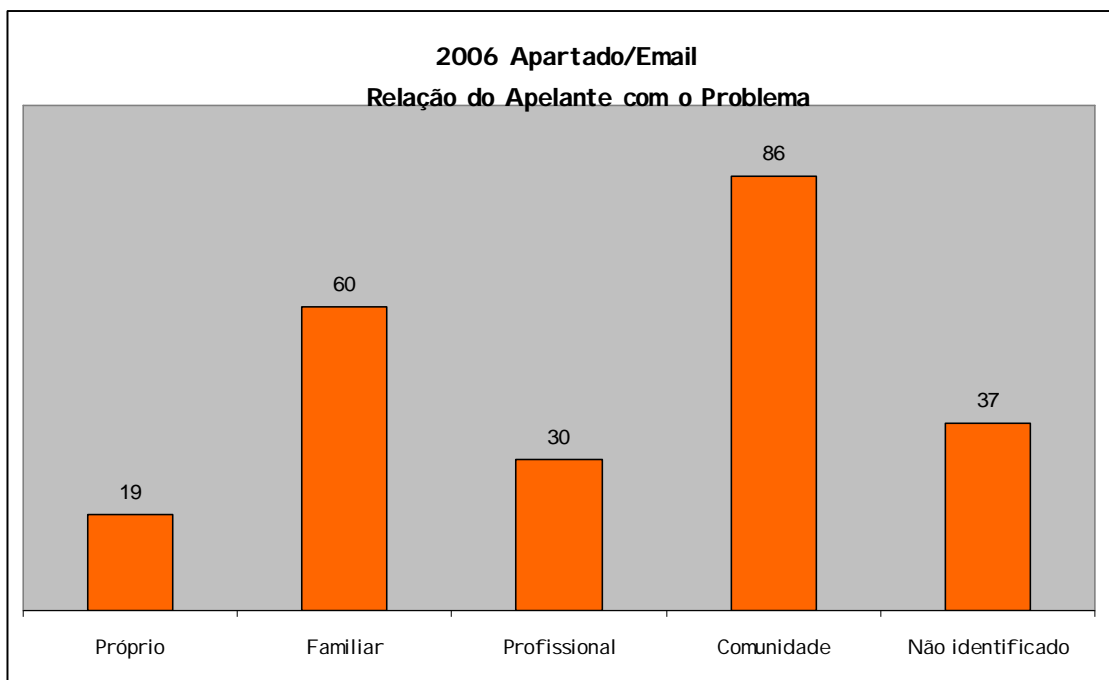


Quanto à relação do apelante com o problema que relata ao SOS Criança verifica-se que em muitos casos é a própria comunidade que comunica o problema (86 processos).

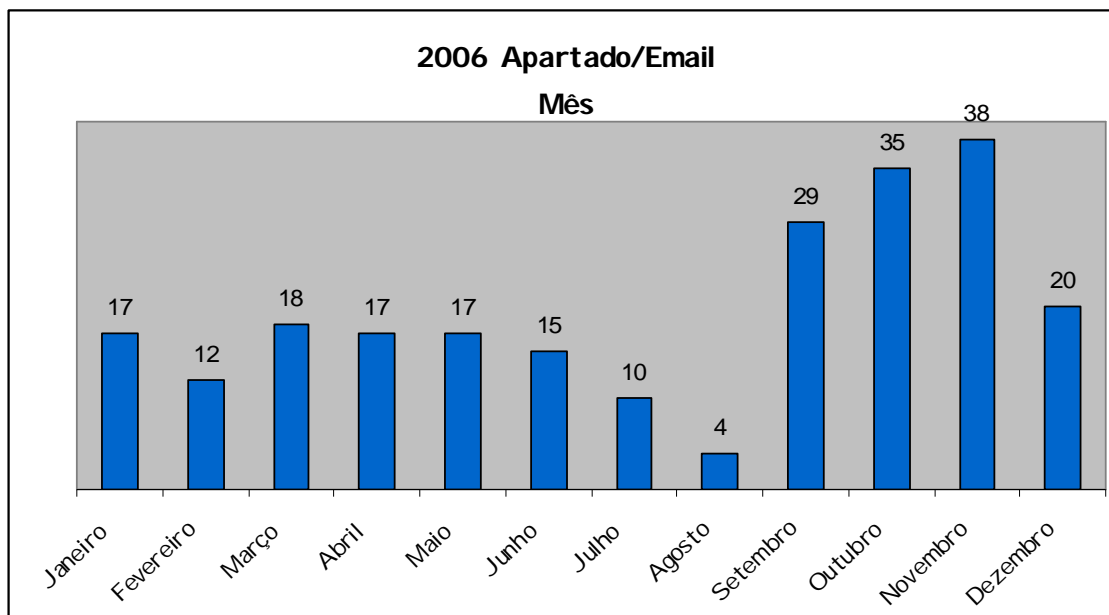
O Serviço SOS Criança desempenha um papel importante no sistema de protecção das crianças e revela como a atenção da sociedade em relação às crianças tem crescido.

Por isso observa-se uma maior visibilidade e debate das questões que estão relacionadas com as Crianças.

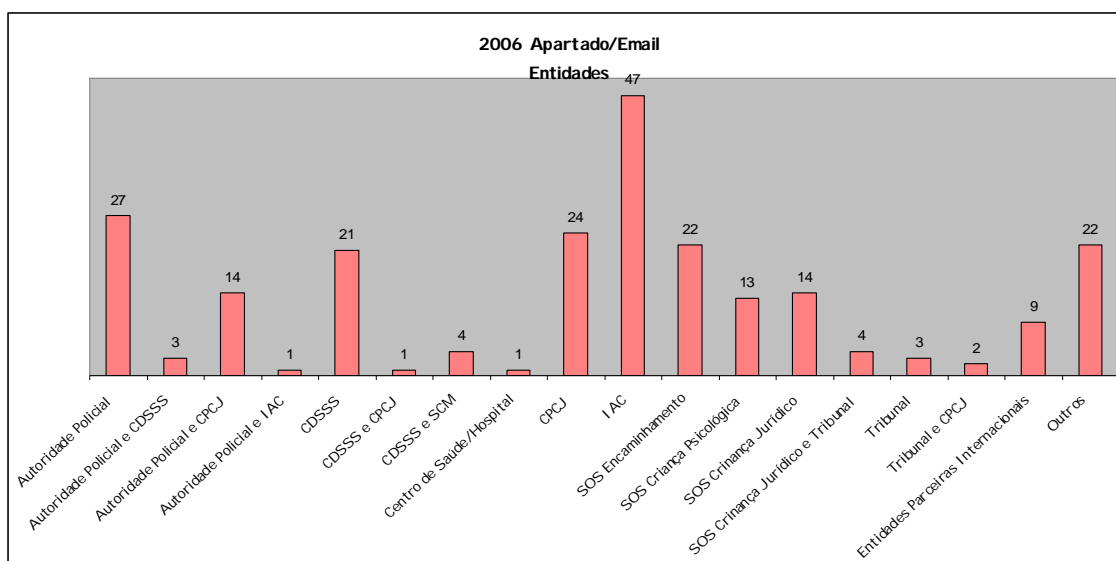
Embora desconheçamos em 37 casos a relação do apelante com a Criança em causa, verifica-se também que muitos dos apelantes pertencem à própria família da criança/jovem envolvida (60 casos) e o envolvimento dos profissionais (30 casos), médicos, psicólogos, assistentes sociais, professores, educadores de infância ou amas. Por fim em 19 casos foi a própria criança/jovem quem solicitou ajuda directamente via email/apartado.



No que diz respeito ao distrito o SOS recebeu 111 casos em que não é disponibilizada informação sobre o distrito a que a criança/jovem em causa pertence. Contamos com 59 apelos sobre crianças/jovens que residem no distrito de Lisboa, 20 apelos de crianças/jovens que pertencem ao distrito do Porto e 16 casos de crianças/jovens que residem no estrangeiro.

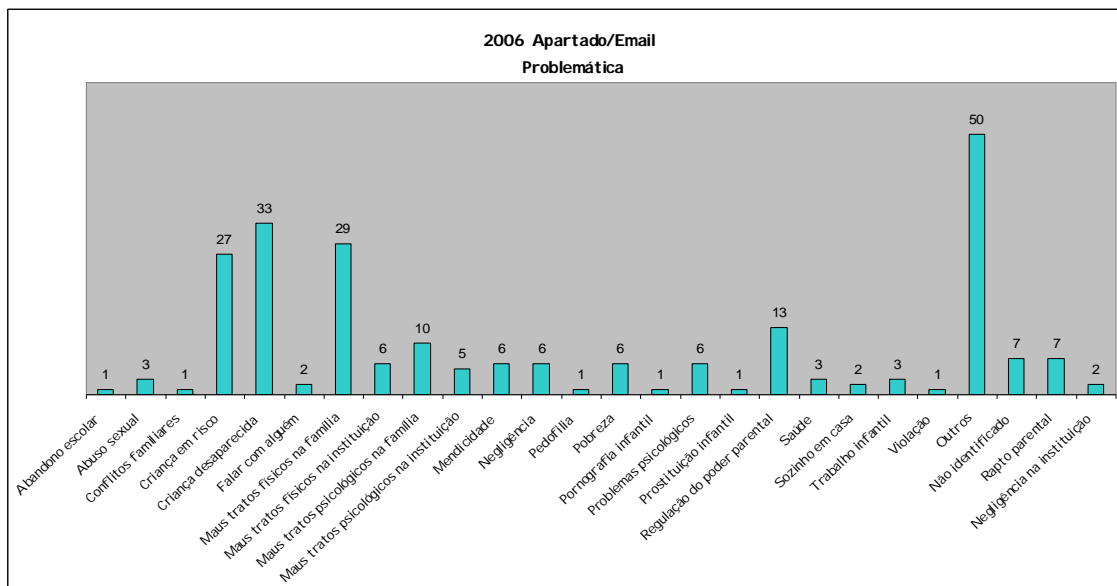


Após a recepção das cartas e emails pelos técnicos do SOS Criança, estes encaminham os casos para as entidades competentes para encontrar uma solução. Assim, o SOS Criança articulou com os demais sectores do IAC em 47 processos, com a Autoridade Policial em 27 processos, com as CPCJ em 24 processos, outras entidades com 22 processos, a CDSSS com 21 processos, e mesmo com entidades parceiras internacionais em 9 processos. A nível da intervenção conjunta, articulou-se em simultâneo com Autoridade Policial e a CPCJ em 14 processos. A nível interno do SOS Criança, partilhámos com o Atendimento Jurídico 14 casos, com o Atendimento Psicológico 13 atendimentos e dirigimos para o sector de Encaminhamento 22 processos.





Em termos das problemáticas expostas através do Apartado e do E-mail, o serviço recebeu 33 situações de *crianças desaparecidas*, 27 de *crianças em risco*, 13 relativos à *regulação do exercício do poder parental*, 10 de *maus tratos psicológicos na família*. Contudo, 50 situações aludiam a situações definidas como “outros”, que reflecte na sua maioria desabafos de apelantes e solicitações de orientação para questões de desavenças familiares e conjugais envolvendo menores, que são prontamente respondidas pelos técnicos via e-mail.

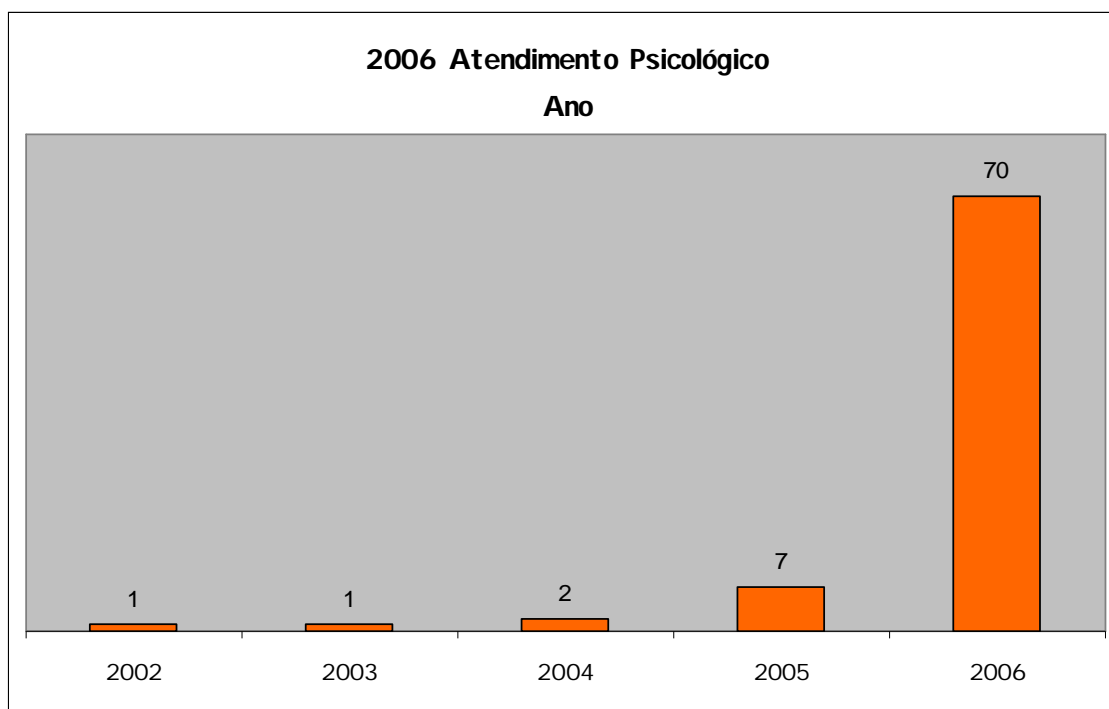


## 2006 Atendimento psicológico

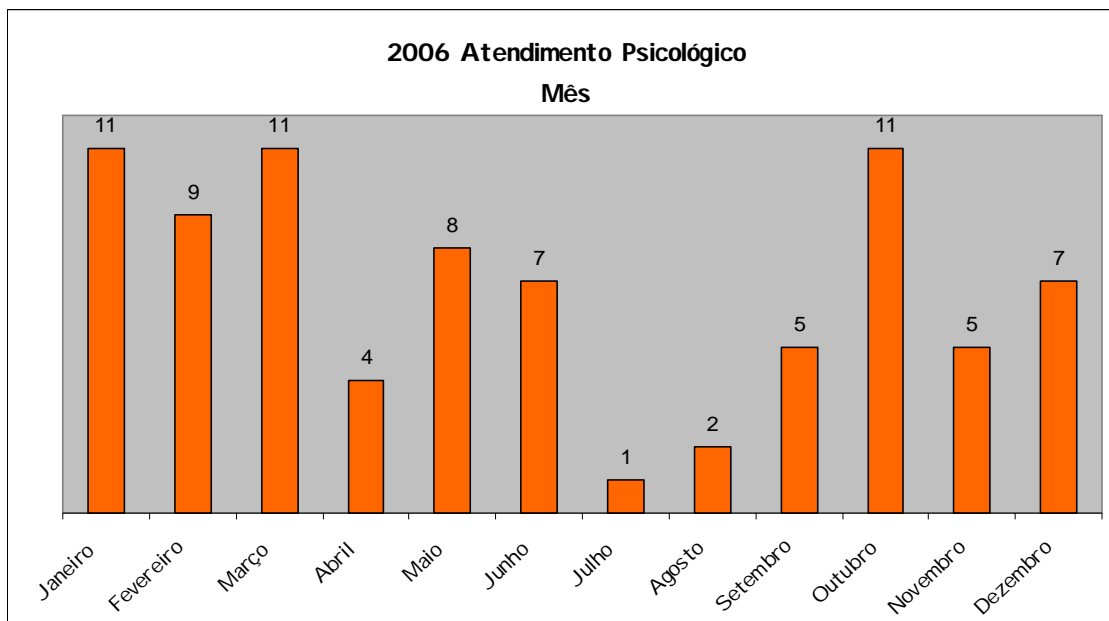
O serviço de Atendimento Psicológico pretende dar resposta à multiplicidade de situações e solicitações que vão chegando de todo o país. Este serviço é gratuito e especializado, complementando o Atendimento Telefónico e o Postal. Os técnicos do SOS Criança dão apoio presencial especializado a uma multiplicidade de situações, frequentemente solicitadas pelas escolas, ou provenientes directamente de apelantes.

Em 2006 os técnicos do SOS Criança providenciaram acompanhamento psicológico a 81 crianças/jovens. Existem situações em que o acompanhamento psicológico de uma criança/jovem transita de anos anteriores, mediante a necessidade. Exemplo disso é o caso que é acompanhado desde 2002, um outro acompanhado desde 2003, dois que são acompanhados desde 2004 e 7 que são acompanhados pelos técnicos desde 2005.

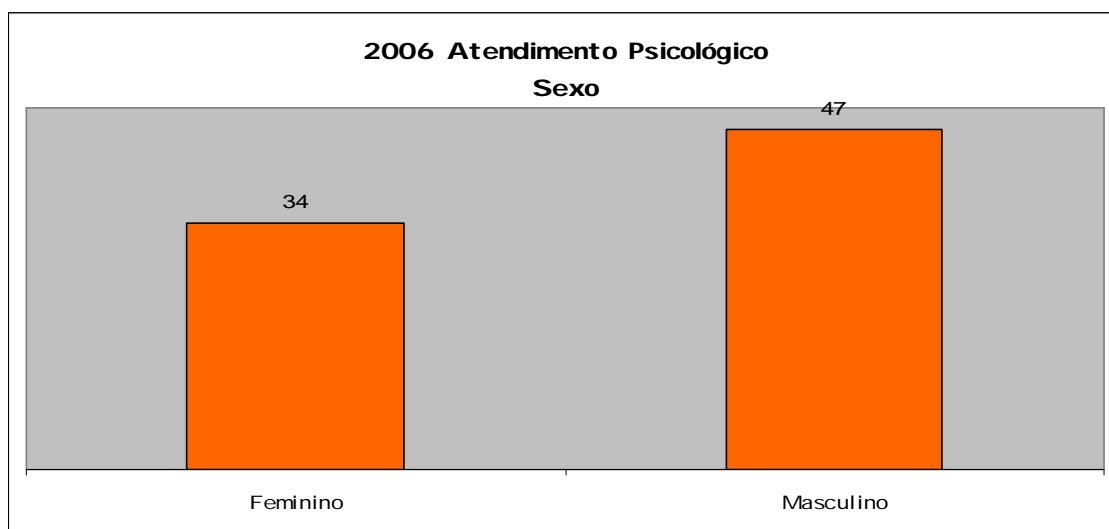
Assim, no ano civil de 2006 os técnicos receberam 70 novos casos de acompanhamento psicológico para além dos 11 que transitaram de anos anteriores.



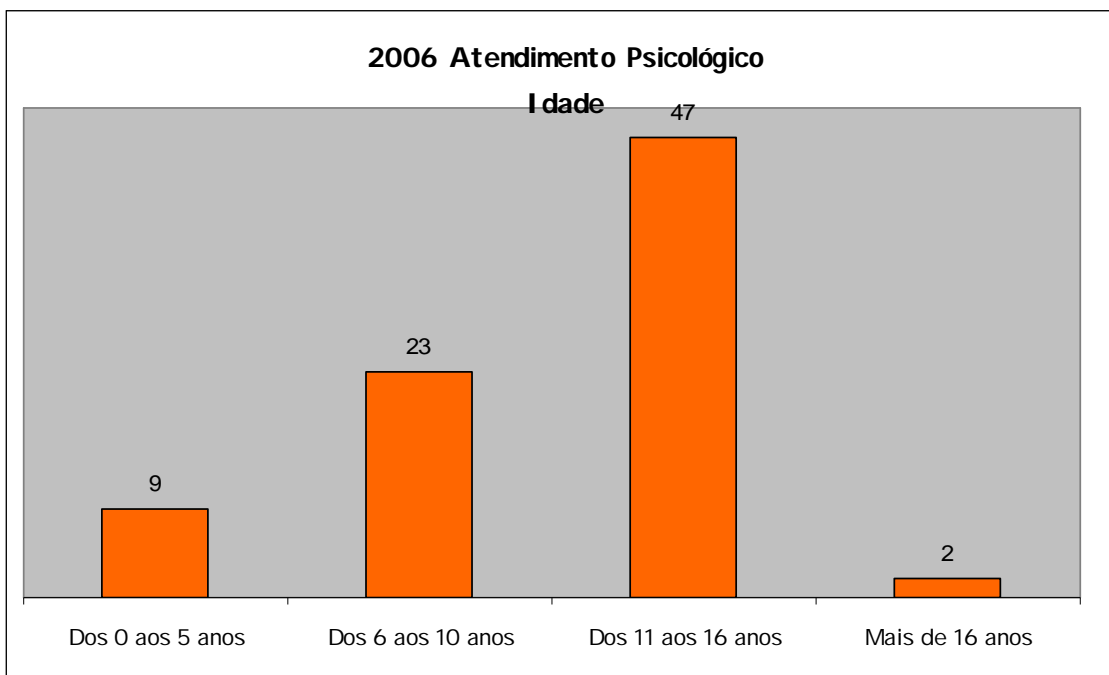
Em Janeiro, Março e Outubro os técnicos do SOS Criança receberam 11 novos atendimentos psicológicos por mês. Os meses de Abril, Julho e Agosto foram os meses em que os técnicos receberam menos novos utentes (4, 1 e 2 respectivamente). No início do ano até Junho os técnicos receberam entre 7 a 11 novos atendimentos psicológicos por mês, com excepção do mês de Abril que desceu para 4. A partir de Julho até o final do ano civil o número de atendimentos cresceu de 1 para 11, certamente devido ao início do novo ano lectivo, tendo descido para 5 em Novembro e 7 em Dezembro.



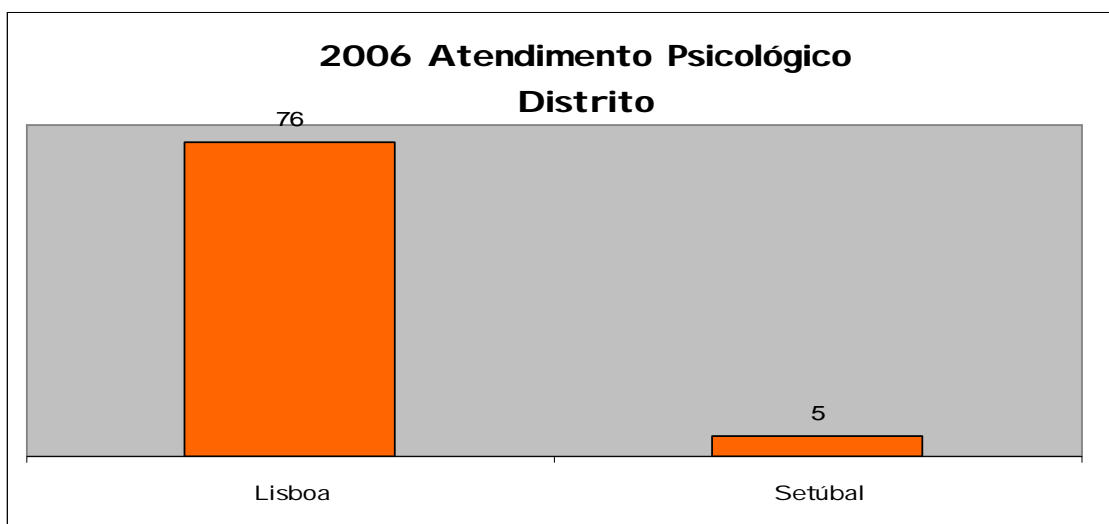
No atendimento psicológico foram recebidas 47 crianças/jovens do sexo masculino e 34 do sexo feminino.



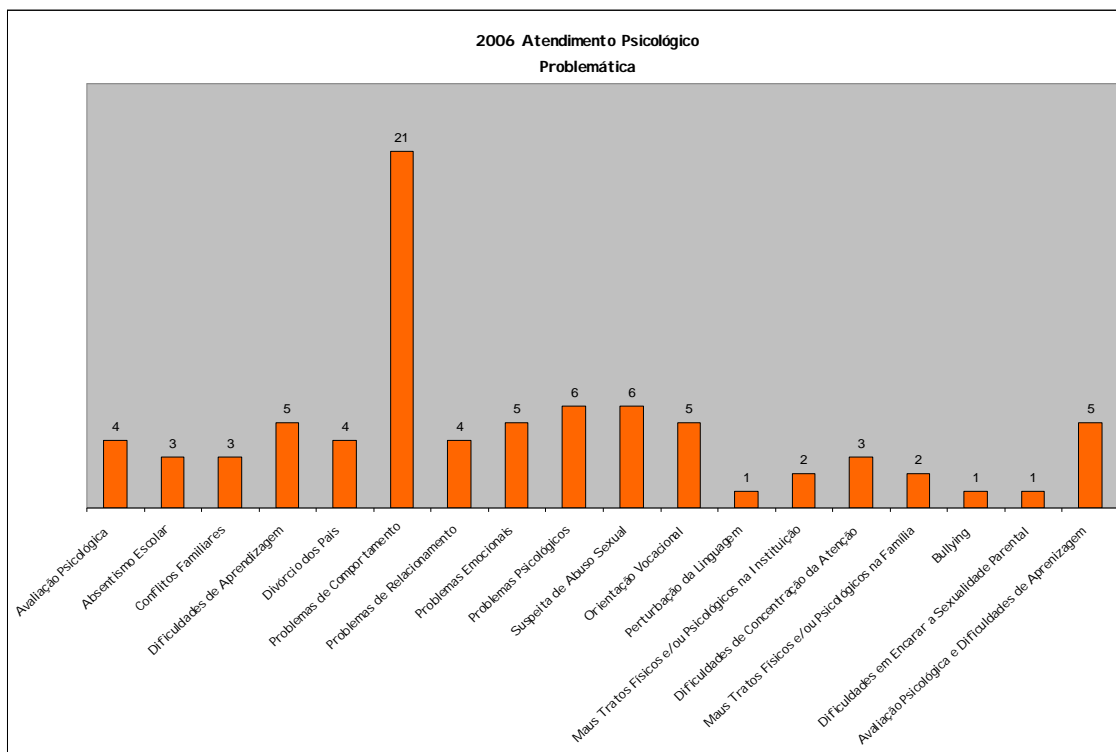
A maior parte dos casos concerne a jovens, entre os 11 e os 16 anos de idade (47), embora com dois utentes com mais de 16 anos de idade. No entanto, o atendimento psicológico respondeu a crianças dos 6 aos 10 anos (23 casos) e a crianças dos 0 aos 5 anos de idade (9 casos).



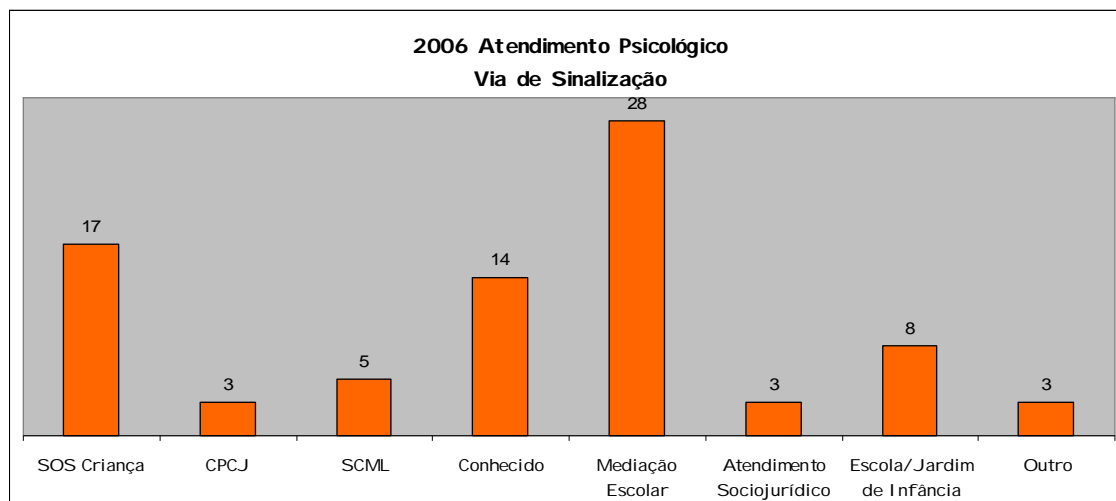
Estas crianças/jovens são na sua grande maioria residentes no distrito de Lisboa (76 casos) e de Setúbal (5 casos), o que se explica pela articulação próxima com os sectores de Atendimento Telefónico e Mediação Escolar do SOS Criança.



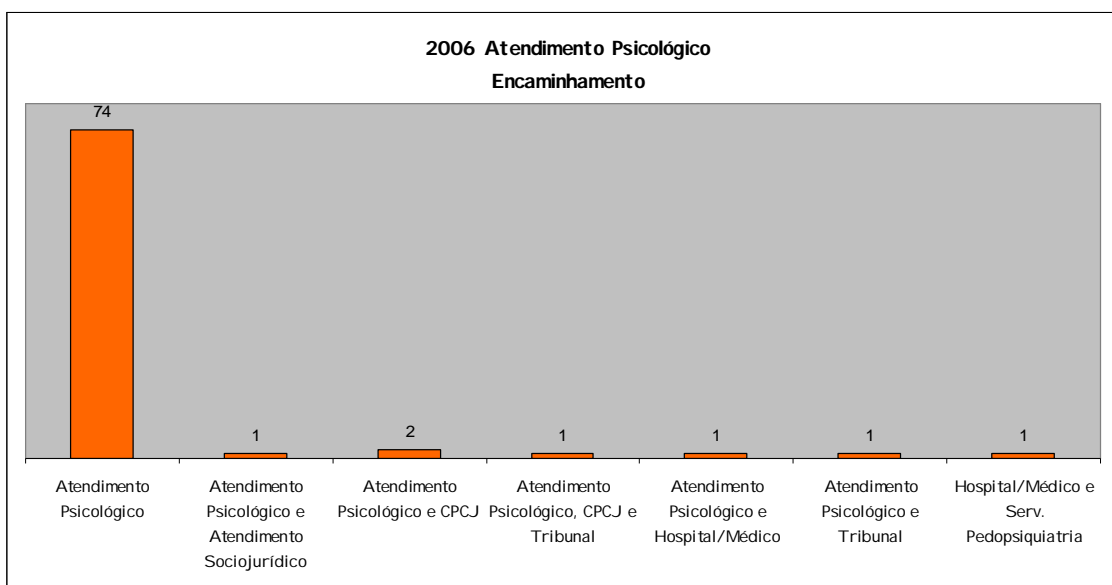
A maior parte dos casos de atendimento psicológico está relacionada com problemas de comportamento (21). Outras problemáticas tratadas no atendimento psicológico, mas com menor número de casos foram problemas psicológicos (6), suspeita de abuso sexual (6), dificuldades de aprendizagem (5), problemas emocionais (5), orientação vocacional (5) e avaliação psicológica e dificuldades de aprendizagem (5).



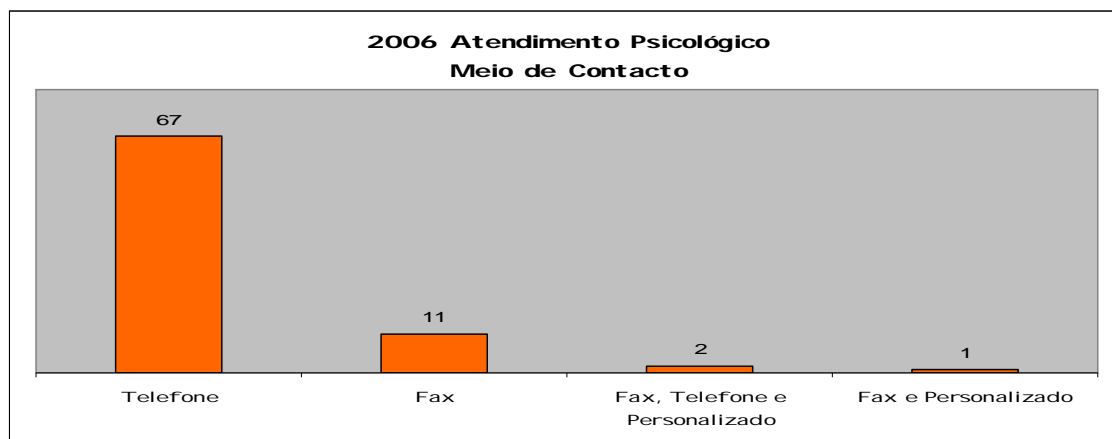
Estas crianças chegaram até ao atendimento psicológico via Mediação Escolar do SOS Criança (28 crianças), via Atendimento Telefónico SOS Criança (17 crianças), por solicitação de pessoas que conhecem a criança (14 casos), via Escola/Jardim de Infância (8 crianças), Santa Casa Misericórdia de Lisboa (5 crianças), via CPCJ (3 crianças), via Atendimento Sociojurídico (3 crianças) e por outra via de sinalização (3 crianças).



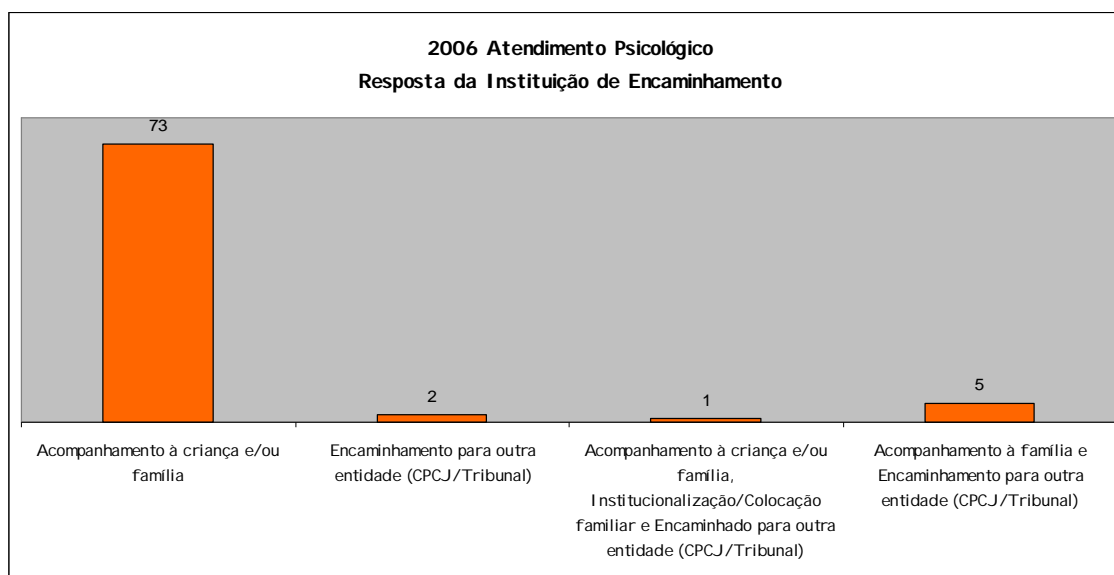
Das 81 crianças que em 2006 o SOS Criança recebeu no Serviço de Atendimento Psicológico a 74. As restantes crianças, para além do atendimento psicológico foram encaminhadas para a CPCJ (2 Crianças), necessitaram de atendimento sociojurídico (1 criança), foram também encaminhadas para o Tribunal e para a CPCJ (2 crianças), foram também encaminhadas para o Hospital/Médico (1 criança). Por fim houve um caso em que o encaminhamento da criança não ficou no atendimento psicológico, sendo remetido para o Hospital/Médico para o Serviço de Pedopsiquiatria.



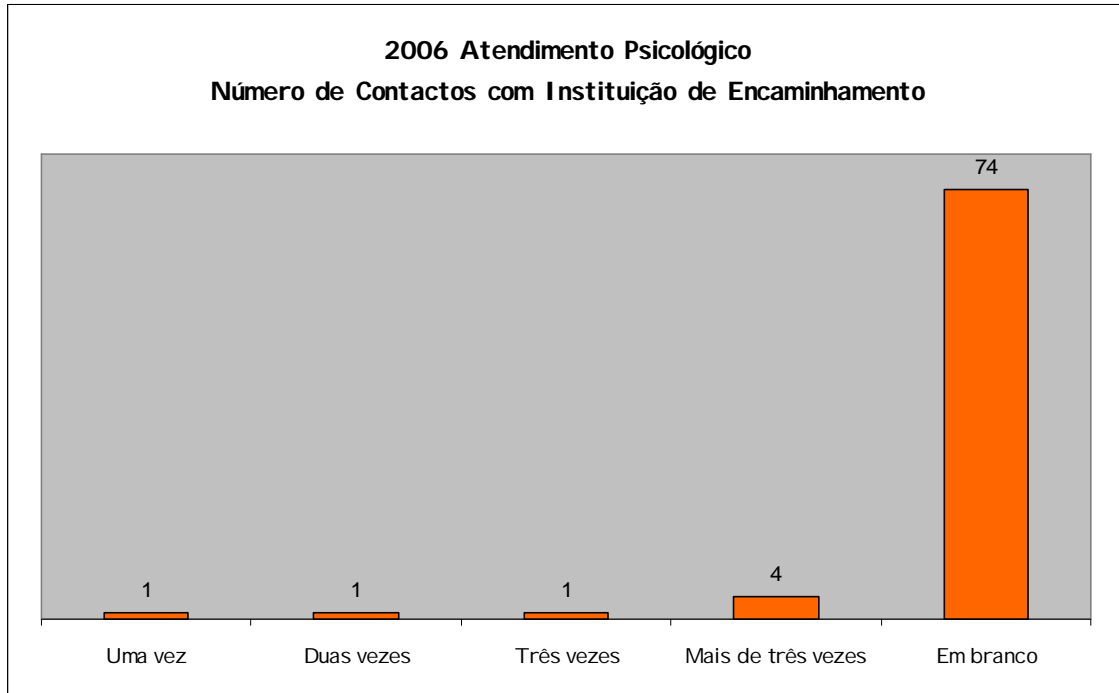
O meio de contacto que os técnicos do SOS Criança utilizaram com mais frequência para contactar com as entidades parceiras foi o telefone (67 casos), seguido do fax (11 casos). Em alguns casos os técnicos utilizaram mais do que um meio de contacto com as entidades parceiras, ou seja, em duas situações o contacto foi feito através do fax, do telefone e personalizado em paralelo.



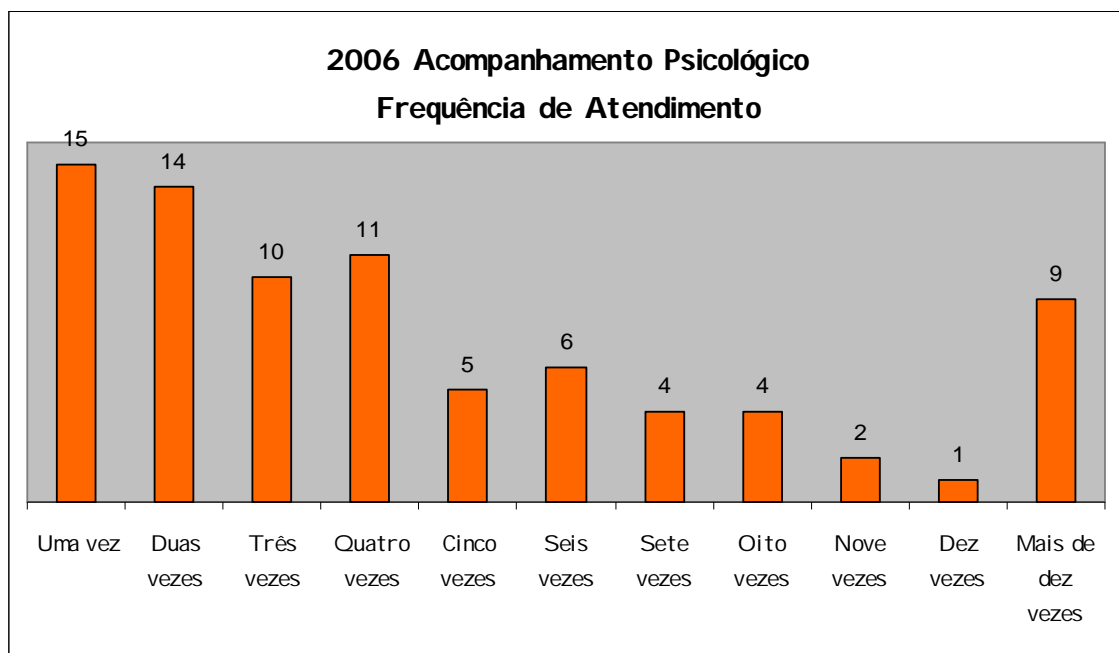
Na maioria dos casos foi o próprio serviço que fez um acompanhamento à criança/família (73 crianças) e em duas situações as crianças foram também encaminhadas para outra entidade (CPCJ/Tribunal). Em alguns casos o SOS Criança providenciou mais de uma resposta. Cinco crianças tiveram acompanhamento à família e foram também encaminhadas para outra entidade (CPCJ/Tribunal) e apenas uma criança teve como resposta da instituição de encaminhamento o acompanhamento à criança/família, institucionalização/colocação familiar e encaminhamento para outra entidade (CPCJ/Tribunal).



Em 74 processos, o SOS Criança não teve necessidade de contactar nenhuma instituição porque estas crianças apenas precisavam de acompanhamento psicológico. Nas restantes 7 situações foi necessário entrar em contacto com outras entidades. Por isso em quatro casos foi preciso contactar mais de três vezes a instituição de encaminhamento, num caso foram precisos três contactos, noutra caso foram feitos apenas dois contactos e num outro caso foi necessário apenas um contacto.

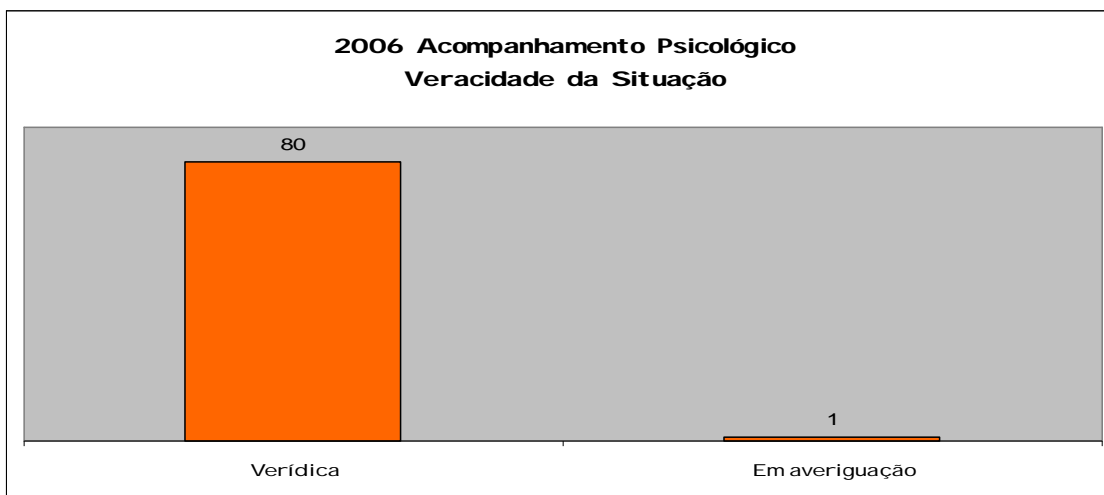


Em termos de frequência do atendimento psicológico, 15 crianças compareceram apenas a uma sessão de atendimento psicológico (triagem), 14 compareceram a duas sessões, 11 tiveram quatro, 10 tiveram necessidade de ter três e 9 tiveram mais de dez sessões. De referir que a frequência do atendimento psicológico tem se estendido, abrangendo um cada vez maior número de crianças (entre 5 e 10 sessões).

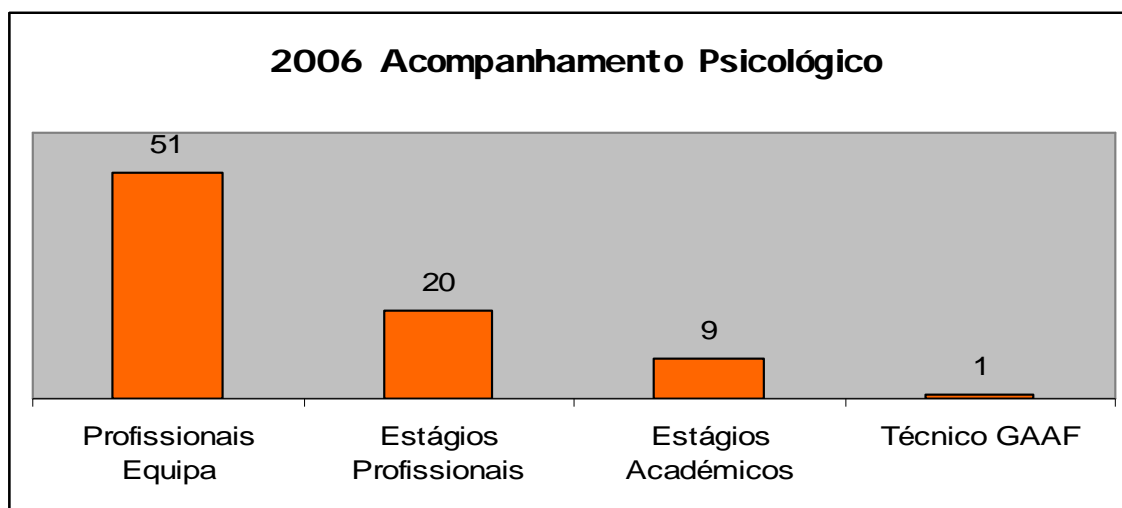




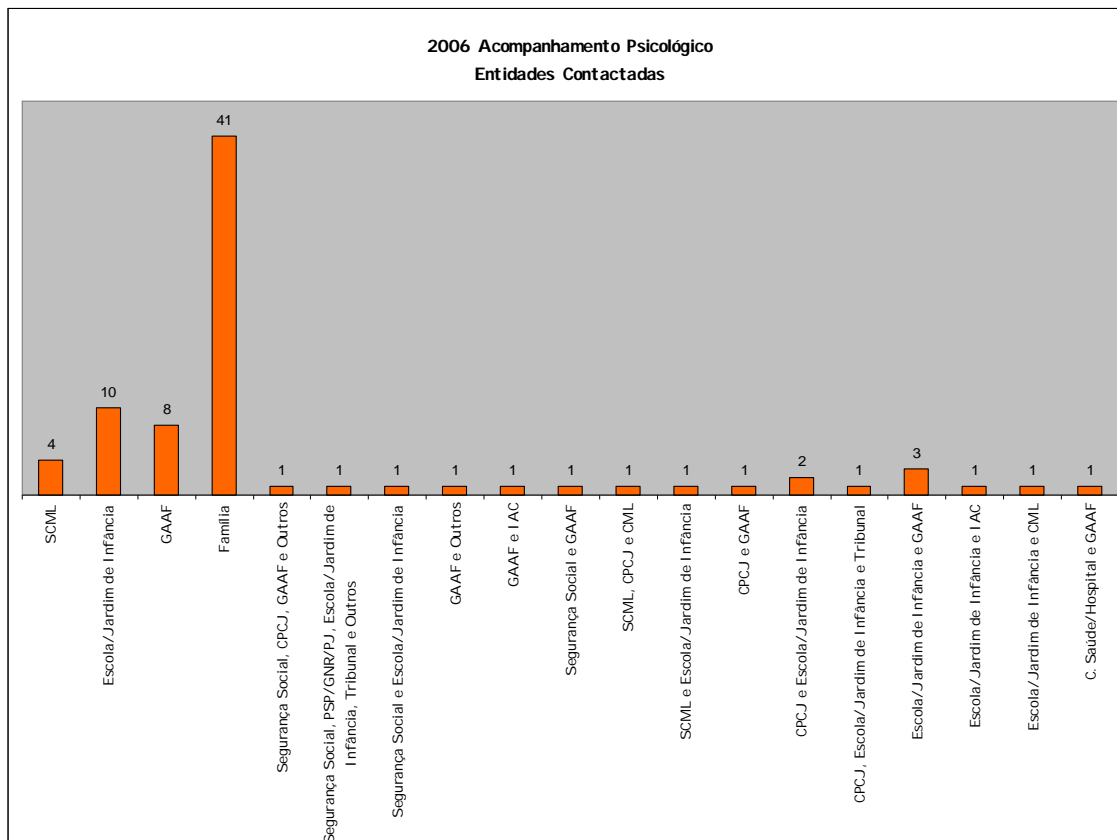
Em relação à averiguação da veracidade das situações recebidas no atendimento psicológico, podemos afirmar que 80 casos constatarem-se verídicas e apenas um permanecia em averiguação. Ou seja, das 81 crianças a que os técnicos do SOS providenciaram acompanhamento psicológico por solicitação, todas eram situações verdadeiras excepto uma que está ainda sob averiguação.



O Acompanhamento Psicológico é realizado por Psicólogas do SOS Criança, bem como por estagiárias do curso de Psicologia, quer profissionais, quer académicas, sob supervisão dos profissionais da equipa. De entre os técnicos, acompanharam 51 crianças. Ao nível das estagiárias profissionais, acompanharam 20 crianças. Já as estagiárias académicas do ISPA, acompanharam 9 crianças sob supervisão. Enquanto uma técnica de um GAAF da Mediação Escolar, disponibilizou acompanhamento psicológico a uma situação.

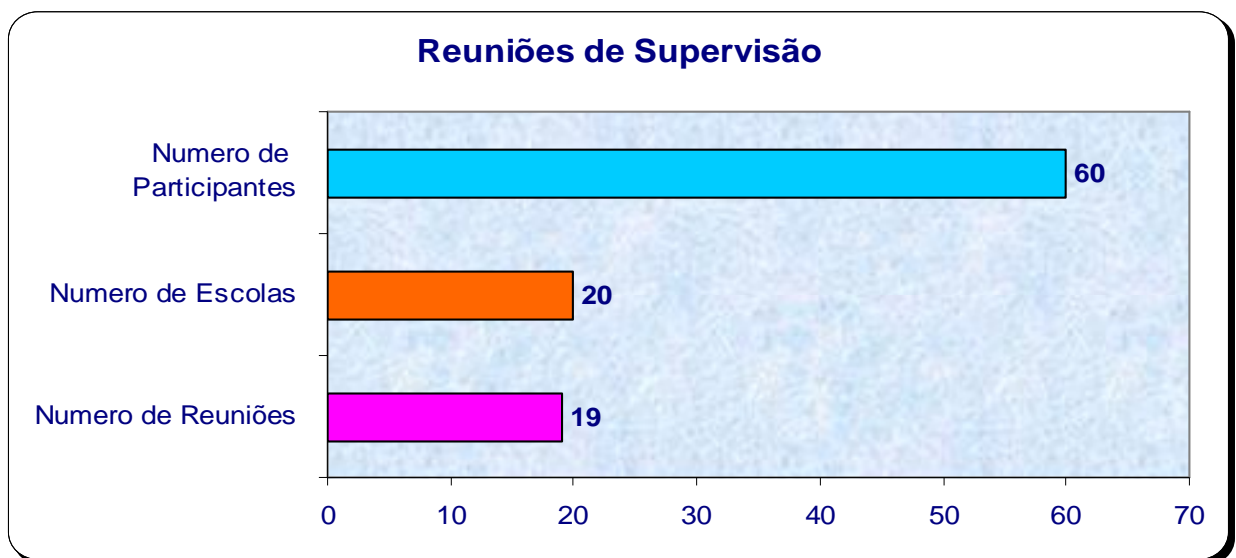
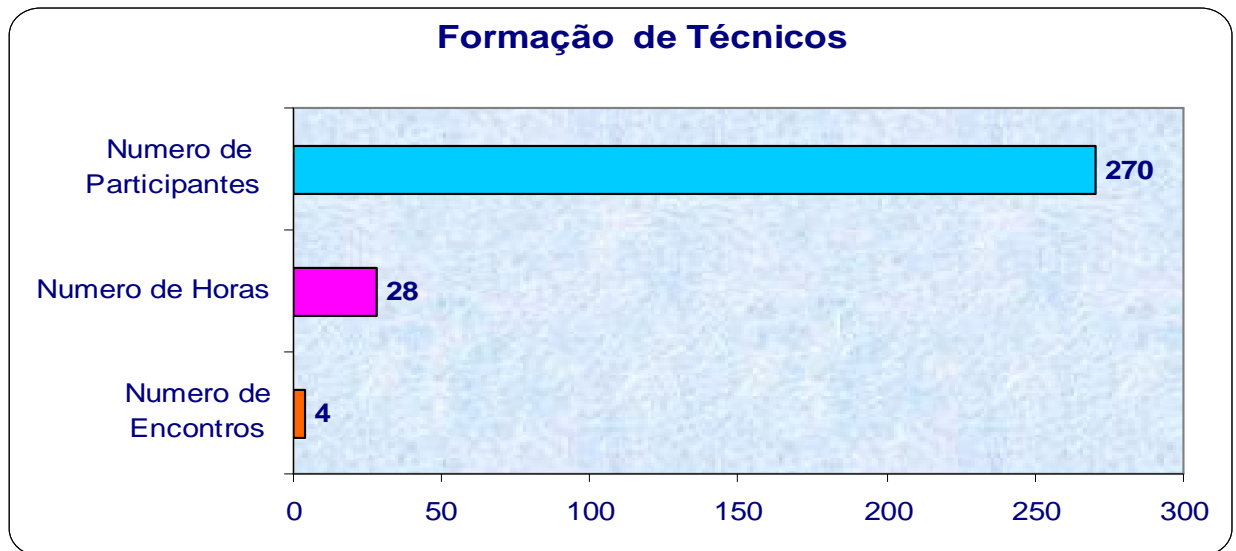


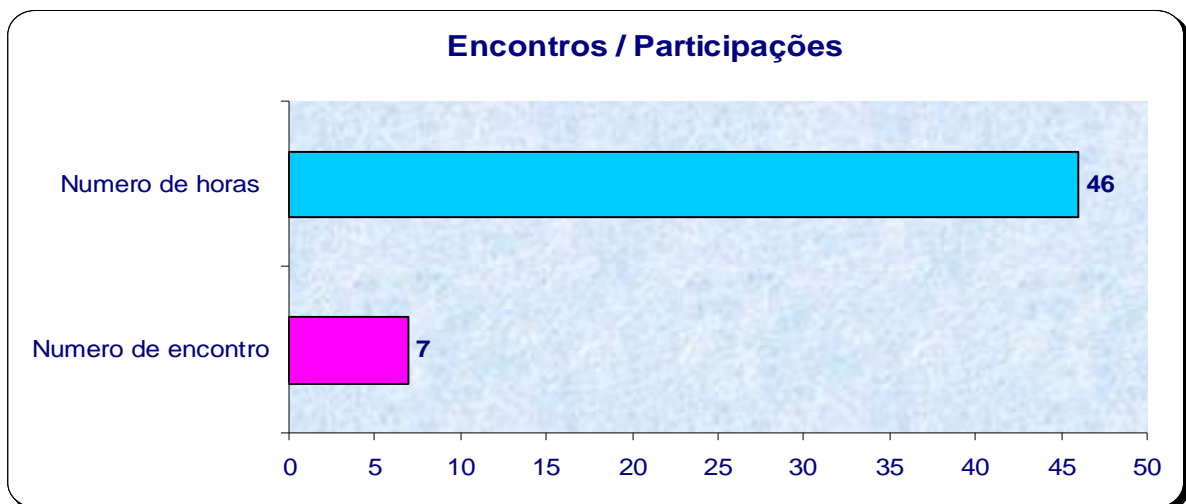
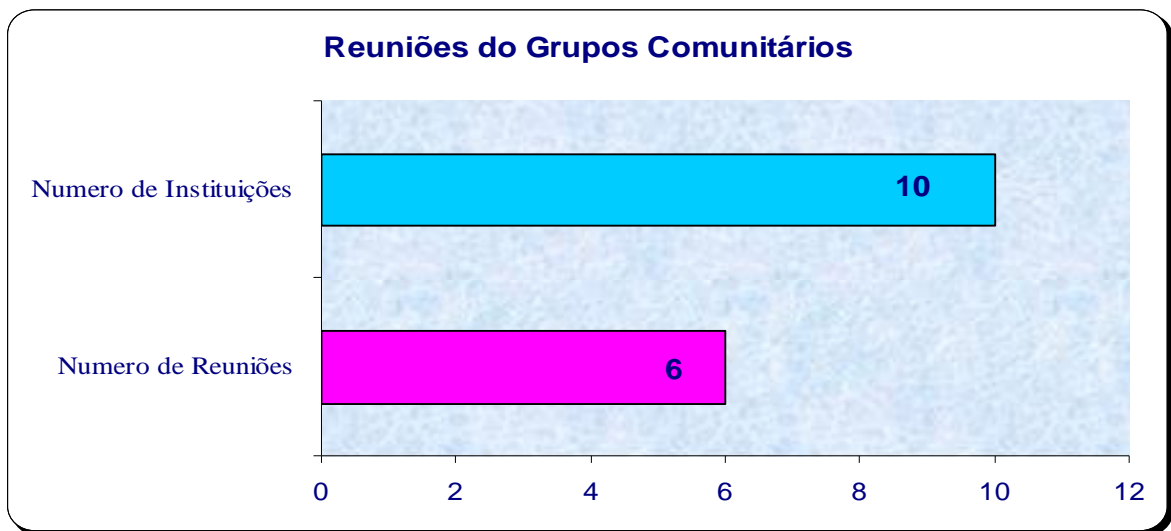
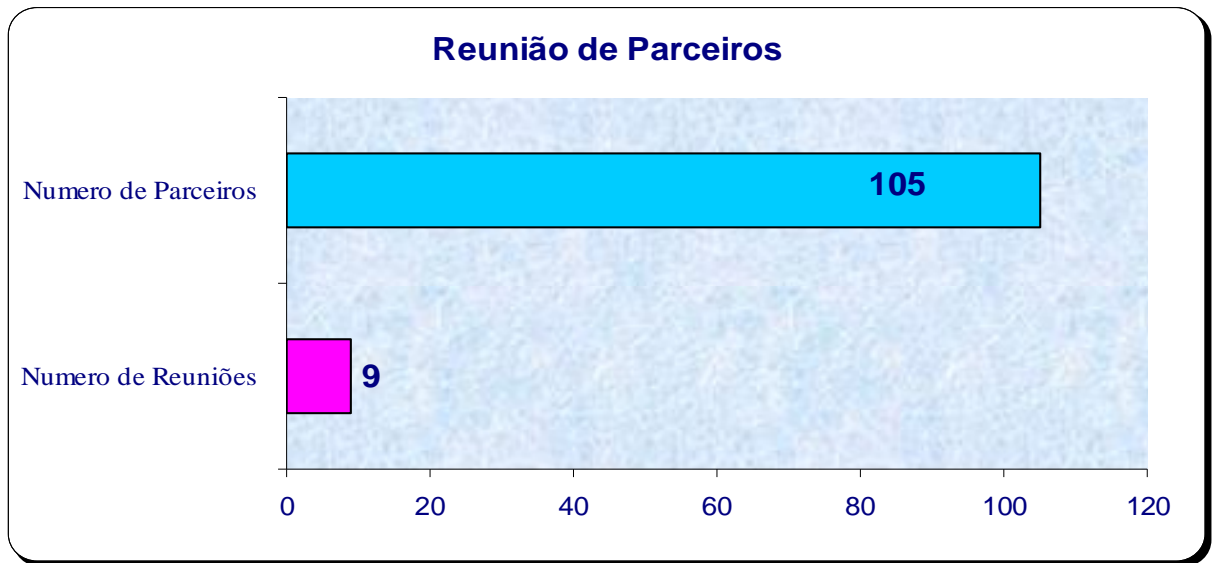
Também ao nível do Acompanhamento Psicológico se torna necessário efectuar contactos com entidades parceiras a fim de recolher e triar informação. Assim, em 41 casos foi contactada a Família, em 10 situações foi contactada a Escola/Jardim de Infância, em 8 foi contactado o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família, e em 4 casos os técnicos articularam com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

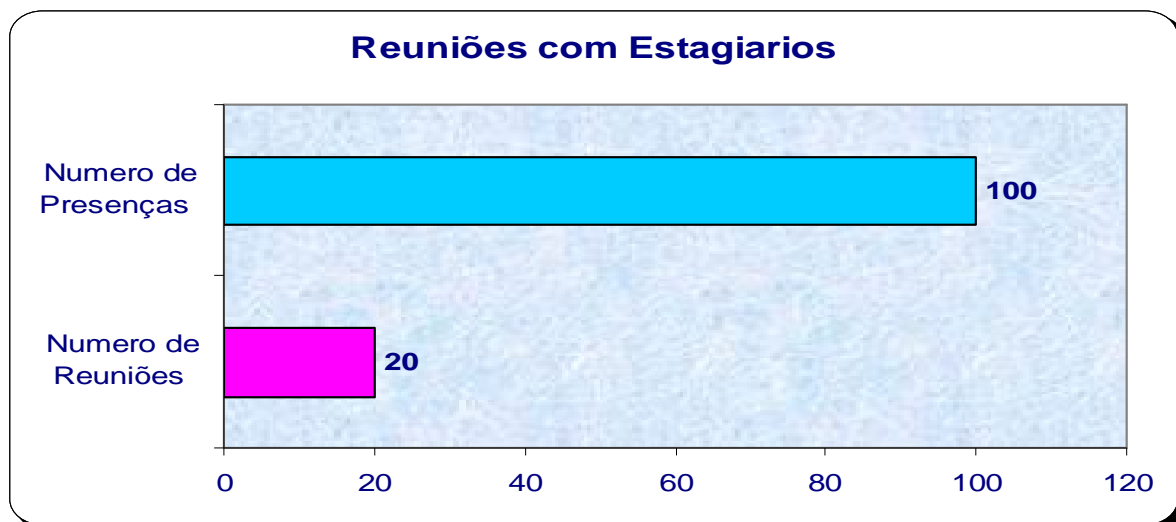
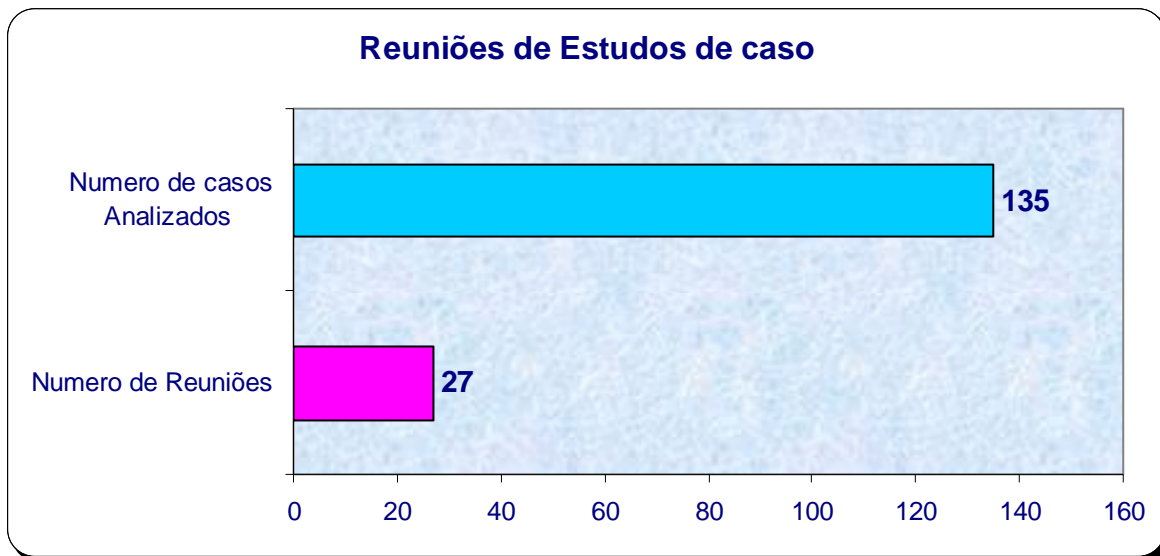


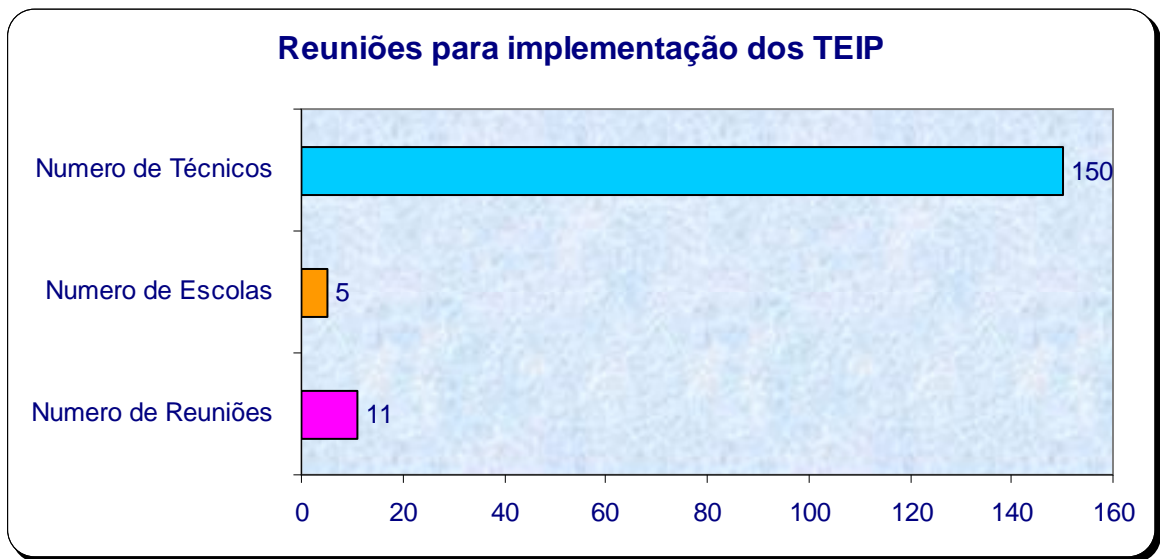
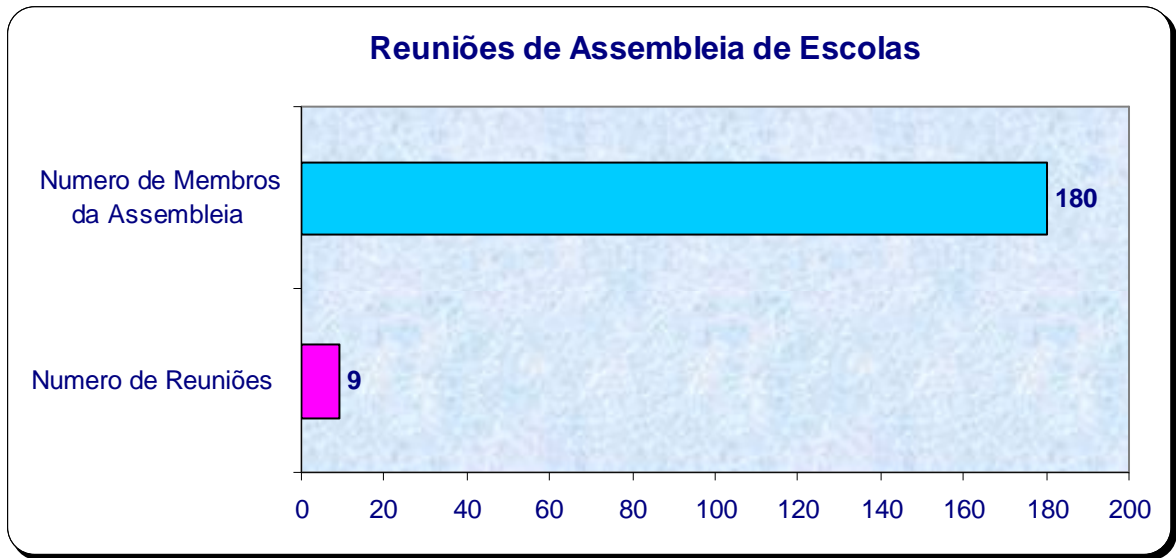
Mediação Escolar

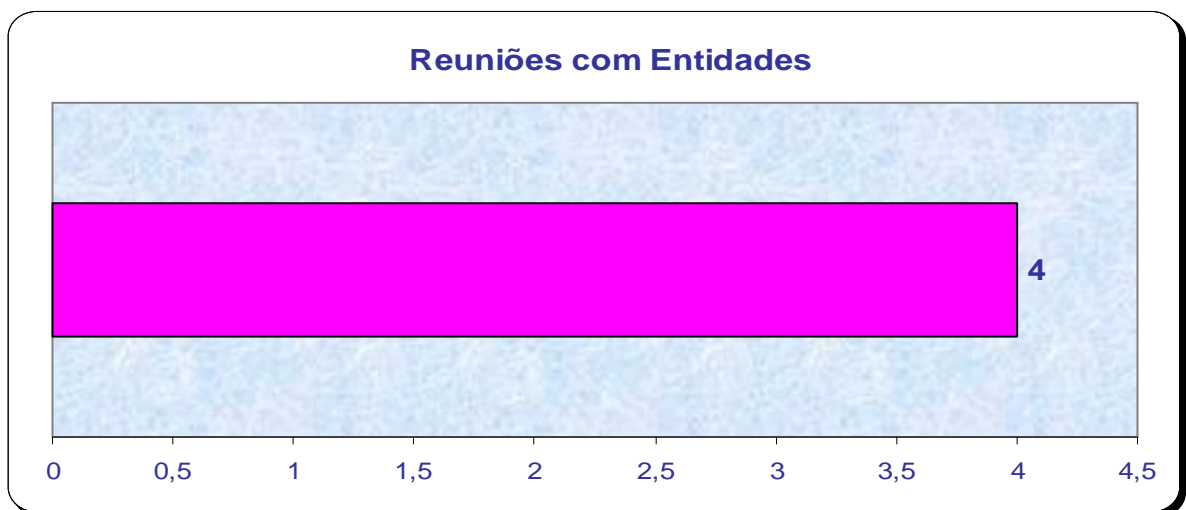
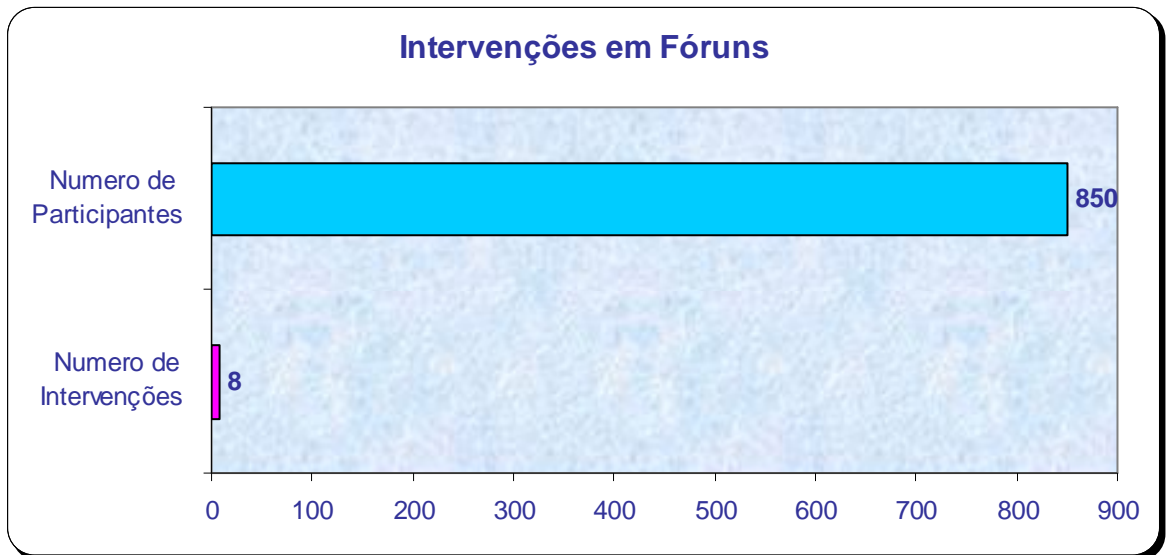
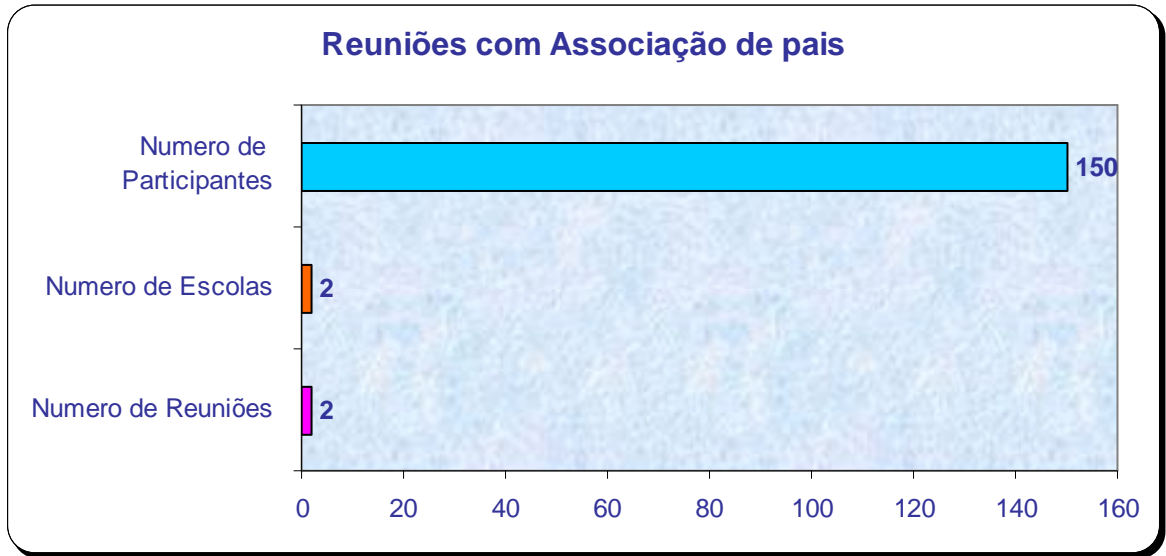
Ano lectivo 2006/2007



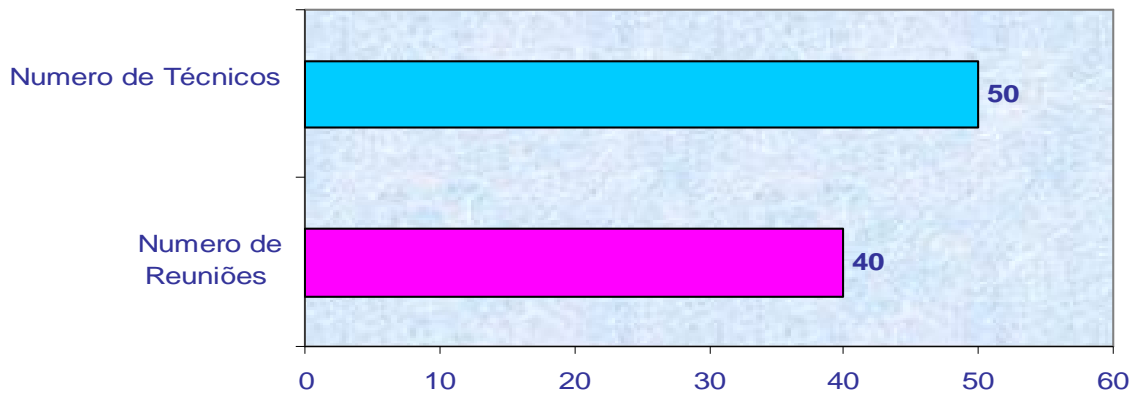








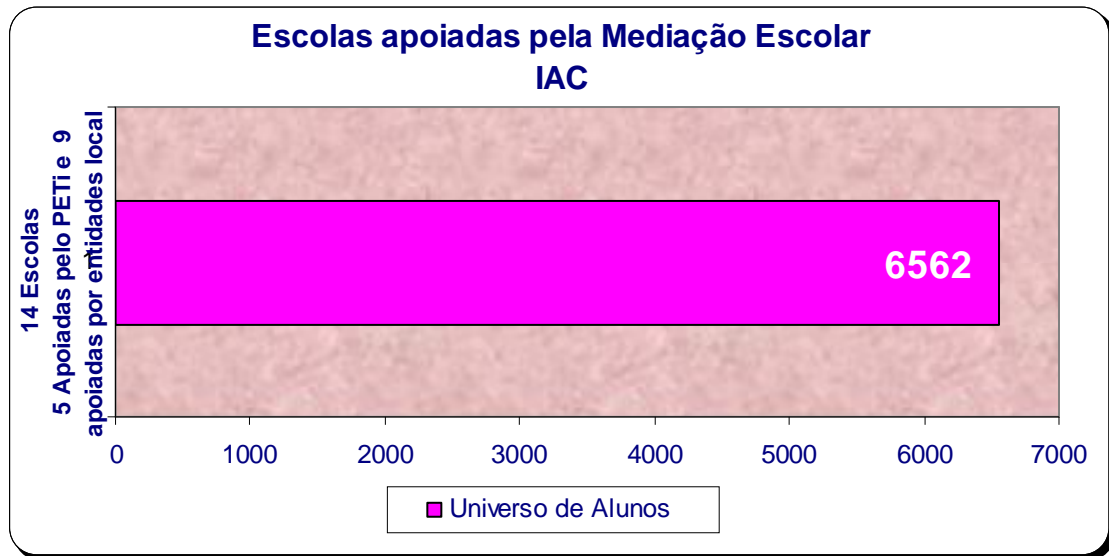
### Reuniões com Técnicos dos GAAF



### Atendimentos Psicologicos







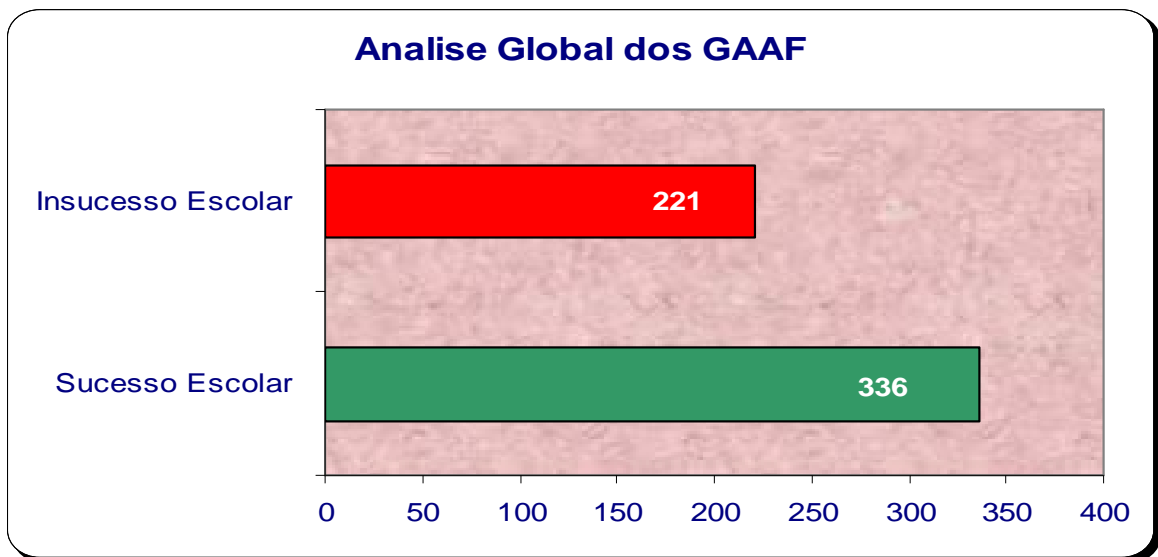
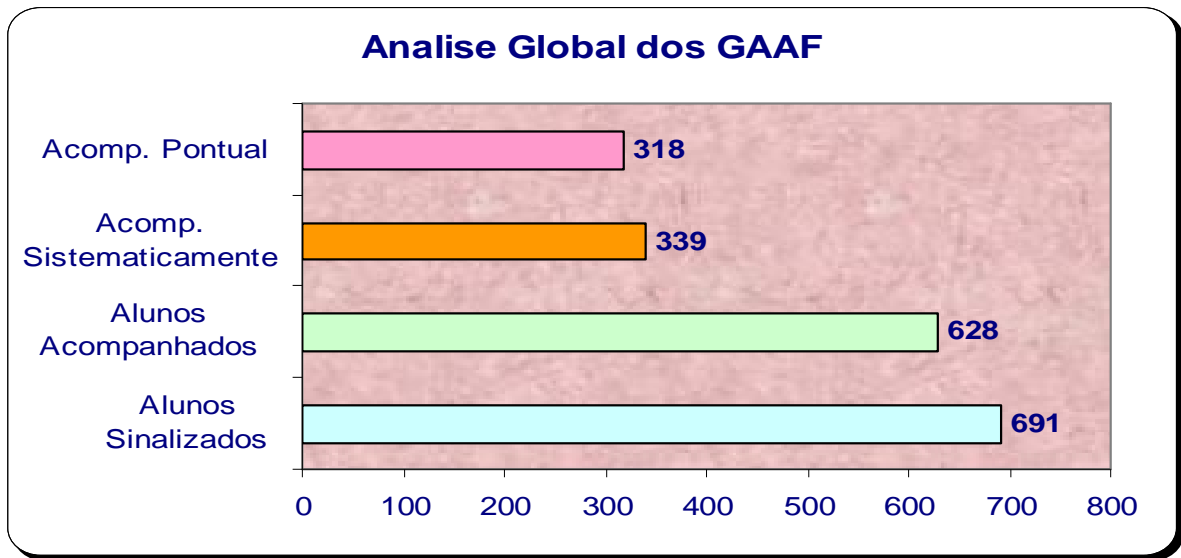
### Problemáticas

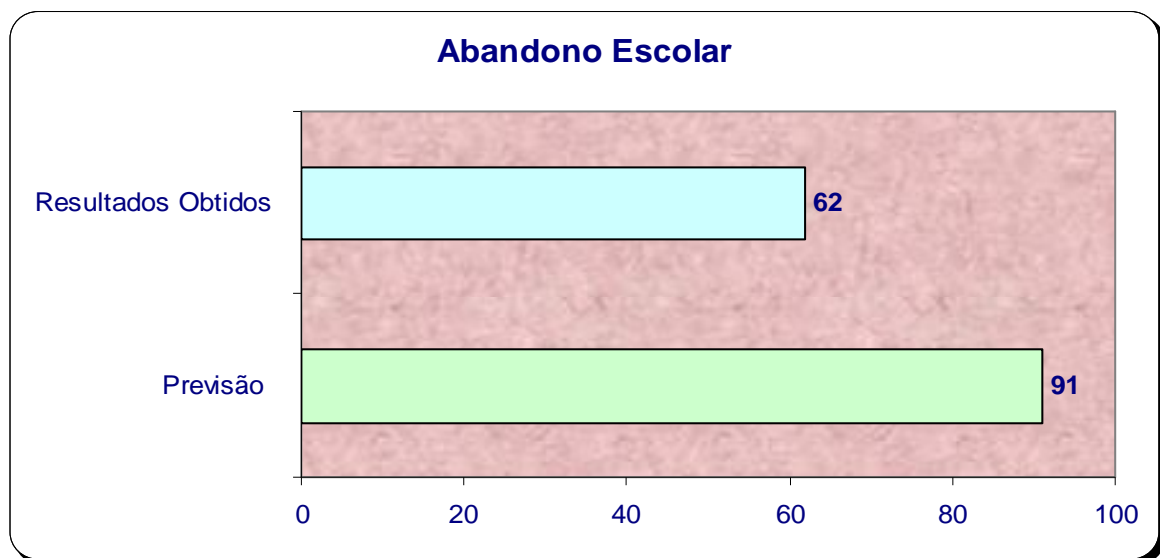
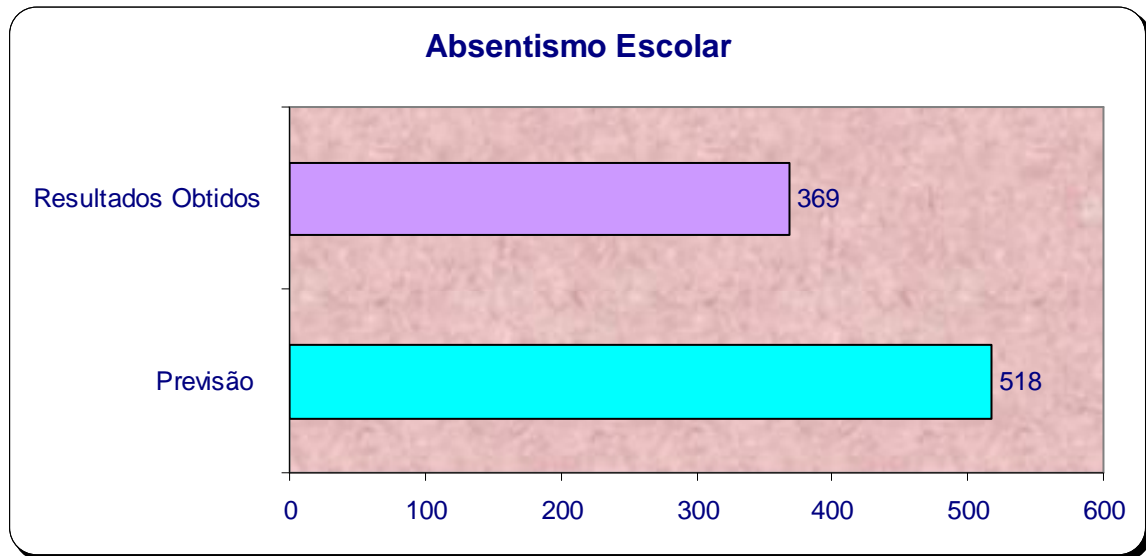
#### Factores Associados a Família

- Abandono familiar
- Alcoolismo
- Carências económicas
- Consumo de droga
- Desemprego
- Disfunção familiar
- Droga
- Habitação
- Legalização
- Negligência
- Pais presos
- Planeamento familiar
- Prostituição
- Ruptura familiar
- Separação dos pais
- Violência doméstica
- Falecimento de pais
- Regulação do exerc .do poder paternal
- Pobreza

### **Factores Associados a Criança/Jovem**

- Abuso Sexual
- Agressividade
- Falta de apoio individual
- Falta de atenção
- Baixa de auto estima /frustração
- Comportamento delinquentes
- Comportamentos desviantes
- Comportamentos aditivos
- Comportamentos disruptivos
- Dificuldade de aprendizagem
- Dificuldade de relação
- Distúrbios emocionais
- Escola alternativa
- Fome
- Gravidez
- Higiene
- Institucionalizado
- Integração escolar
- Mãe adolescente
- Más companhias
- Maus tratos físicos
- Maus tratos psicológicos
- Órfão
- Problemas psicológicos
- Problemas de deficiência
- Roubo
- Rua
- Saúde
- Solidão
- Trabalho infantil
- Tráfico
- Tristeza
- Tutela
- Vacinas
- Falar com alguém
- Fuga
- Tentativa de suicídio
- Fechados em casa
- Fechados na rua





N.B. Estes gráficos são relativos ao número de crianças acompanhadas dentro dos objectivos previstos para o projecto global.

Contudo cada escola/projecto tem os seus próprios objectivos específicos, que podem ser consultados no relatório de avaliação de cada GAAF.

Nota: O SOS/Mediação Escolar promoveu ao nível nacional 60 GAAF em Escolas

## Conclusão

Muitas crianças e jovens continuam a passar por situações geradoras de angústia e sofrimento. Foram encaminhados 664 situações de onde se destacam as problemáticas de crianças em risco, maus tratos físicos e psicológicos na família, negligência, mendicidade, abandono, abuso sexual e sozinho em casa.

As denúncias apresentadas a este serviço gratuito de âmbito nacional de atendimento primordialmente telefónico demonstram que são as crianças até aos 6 anos as que mais sofrem atentados contra o seu bem-estar, seguindo-se as faixas dos 9 aos 14 e, por fim, dos 15 aos 18 anos. Sendo que a maioria são do sexo feminino.

Através do encaminhamento, o SOS Criança realiza, a nível nacional, um trabalho de parceria com os serviços locais das áreas de residência das crianças, desencadeando um estudo da veracidade das situações denunciadas ao serviço, tendo por base o acompanhamento local das famílias providenciado pelas entidades estatais. O serviço registou um grande número de denúncias que estão em averiguação e outras que foram encaminhadas sem obtenção ainda de resposta. Os técnicos do serviço trabalharam em parceria com várias entidades em especial com a PSP/GNR/PJ, com as CPCJ e com a Segurança Social, tendo em muitos casos não obtido resposta destes quanto à intervenção providenciada e à veracidade da situação.

Em relação à problemática mendicidade, também se verifica a predominância de casos envolvendo crianças muito pequenas, ou seja, até aos 7 anos de idade e um elevado número de situações das quais desconhecemos a idade da criança. Quase metade dos apelos foram encaminhados como sem obtenção de resposta e outros tantos estão em averiguação por parte dos parceiros. Nos casos relacionados com a problemática mendicidade, o SOS trabalhou em parceria com a PSP/GNR/PJ, na identificação dos menores envolvidos.

Em termos de meio de contacto escrito para com o SOS Criança, podemos dizer que as pessoas preferem cada vez mais o e-mail ao apartado para nos comunicar as situações.

Estes apelos estão sobretudo relacionados com problemáticas como criança desaparecida, criança em risco, regulação do poder parental, maus tratos psicológicos na família. Quem nos dirige estes apelos são adultos, normalmente oriundos da mesma comunidade ou familiares da criança/jovem em causa. Em relação a este sector, os técnicos trabalharam a grande maioria das situações ao nível interno do IAC (SOS Encaminhamento, SOS Atendimento Personalizado Psicológico ou Sócio-jurídico) ou articulando com as Autoridades Policiais, a Segurança Social, as CPCJ, e Outras entidades locais.

No que toca ao atendimento psicológico, os técnicos do SOS Criança providenciaram acompanhamentos personalizados a crianças e suas famílias, despistando, avaliando, esclarecendo, acompanhando e quando necessário encaminhando para outras entidades competentes. O atendimento psicológico recebeu 70 novos casos para além dos 11 que transitaram dos anos anteriores, sendo que de 2005/2006 transitaram 7 crianças. A grande maioria das crianças que receberam acompanhamento psicológico tinha entre 6 e 16 anos. Estas crianças chegaram até este serviço através de duas outras valências do SOS, a saber, da Mediação Escolar e do SOS Criança mas também através de conhecidos da criança.

A Família, a Escola/Jardim de Infância, o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foram as principais entidades parceiras do atendimento psicológico e deram como principal resposta o acompanhamento à criança/família. A problemática que os trouxe até nós, na grande maioria dos casos, estava relacionada com problemas de comportamento. Em relação à veracidade das situações pode-se dizer que todas se verificaram verdadeiras, estando apenas uma em averiguação simultânea por se prender com uma situação que tipifica um crime.



O **Instituto de Apoio à Criança**, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada em 14 de Março de 1983, por um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais- médicos, magistrados, professores, psicólogos, juristas, assistentes sociais, sociólogos, educadores, etc.

O IAC é uma associação sem fins lucrativos, que tem pelo objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da criança, na defesa e promoção dos seus direitos, procurando em cada momento ser a voz que chama atenção, pressiona, actua, realiza acções que ajudem a que mais crianças vivam com alegria o tempo de Ser Criança

[www.iacrianca.pt](http://www.iacrianca.pt)

**PELA DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA**

**Instituto de Apoio à Criança**

**SEDE**

Largo da Memória nº 14

1349-045 LISBOA

Tel.: 21 361 78 80

Fax: 21 361 78 89

E-mail: [iacsede@netcabo.pt](mailto:iacsede@netcabo.pt)